

Próximo Lançamento

GUERRAS CAMPONESAS DO SÉCULO XX

Eric R. Wolf

Naquele que é talvez seu livro mais provocador, Eugene Genovese examina as revoltas de escravos no Novo Mundo, inserindo-as no contexto da história do mundo moderno.

Argumenta solidamente que as revoltas de escravos nas Américas plasmaram o caráter democrático das lutas européias contemporâneas com o mesmo vigor com que essas lutas influenciaram a rebelião nesta parte do mundo. Antes da Revolução Francesa os objetivos destas revoltas eram a restauração das comunidades africanas e da autonomia local; depois, elas se fundiram com os movimentos nacionais e internacionais mais amplos e exerceram um efeito profundo na formação do mundo moderno.

Toussaint L'Ouverture, que comandou a bem sucedida revolta de São Domingos constitui, para Genovese, um momento decisivo da história das revoltas de escravos e até mesmo na história do espírito humano. Ao reivindicar para seus irmãos escravizados o mesmo direito à dignidade humana que a burguesia francesa reivindicava para si mesma, ele iniciou o processo mediante o qual os levantes de escravos transformaram-se, passando de rebeliões separatistas a exigências revolucionárias.

Este livro será amplamente lido, apaixonadamente debatido e exercerá grande influência sobre a maneira como os futuros historiadores encararão a escravidão.

Da Rebelião à Revolução

global Da Rebelião à Revolução Eugene Genovese

global editora



Eugene Genovese

Título original: *From Rebellion to Revolution Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World*

1ª edição: novembro/1983
© LOUISIANA STATE UNIVERSITY PRESS

Revisão:
Maria de Fátima C. N. Pereira
Sônia Rangel
Rachel Soares

Capa:
Levi Leonel / Milton M. Ishino (planejamento visual)

Direitos Reservados:

global editora e distribuidora ltda.

Rua França Pinto, 836
Tel.: 572-4473
Cep. 04016 — Caixa Postal 45329

01000 — V. Mariana — São Paulo/SP.

2

TEMAS

Da Rebelião à Revolução Eugene Genovese

Tradução:
Carlos Eugênio M. Moura

global editora

O AUTOR

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

Genovese, Eugene Dominick, 1930-

G293d Da rebelião à revolução : as revoltas de escravos negros nas Américas / Eugene D. Genovese ; tradução Carlos Eugênio Marcondes Freitas. — São Paulo : Global, 1983.

(Temas ; 2)

Bibliografia.

1. Escravidão — América 2. Escravidão — América — Revoltas etc. I. Título.

83-1809

17. CDD-301.4522097
18. -301.4493097

Índices para catálogo sistemático:

1. América : Escravos : Sociologia 301.4522097 (17.)
301.4493097 (18.)
2. América : Escravos : Revoltas : Sociologia
301.4522097 (17.) 301.4493097 (18.)

Eugene Genovese, professor de História na Universidade de Rochester, é editor de *Marxist Perspectives*, membro da Academia de Artes e Ciências e ex-presidente da Organização dos Historiadores Americanos. Suas publicações incluem *Roll, Jordan, Roll* (pelo qual recebeu o Prêmio Bancroft em 1975), *A Economia Política da Escravidão*, *O Mundo dos Senhores de Escravos* e *In Red & Black*. É igualmente o editor dos dois volumes de autoria de Ulrich Bonnel-Philips publicados pela Imprensa da Universidade Estadual de Luisiana, *American Negro Slavery* e *The Slave Economy of the Old South*.

Os homens devem ser acariciados ou aniquilados, pois eles se vingarão das pequenas injúrias, mas não o farão em relação às grandes. A injúria que fizermos a um homem deve, portanto, ser de tal monta que não precisemos temer sua vingança.

Niccolò Machiavelli
O Príncipe

Um homem pode perecer pela espada, mas homem algum empunha a espada para perecer e sim para viver graças a ela.

James Harrington
Um Sistema de Política

A Eric Hobsbawm
Nosso homem maior

Federico,
tu vês o mundo, as ruas,
o vinagre,
as despedidas nas estações
quando o fumo levanta suas rodas decisivas
em direção aonde não há nada, a não ser algumas
separações, pedras, estradas de ferro.

Há tanta gente fazendo perguntas
por todas as partes.
Há o cego sangrento, e o irado, e o
desanimado,
e o miserável, a árvore de espinhos,
o bandoleiro com a inveja nas costas.

Assim é a vida, Federico, aqui tens
as coisas que te pode oferecer minha amizade
de melancólico varão varonil.
Já sabes por ti mesmo muitas coisas,
e outras irás sabendo lentamente.

Pablo Neruda

ÍNDICE

PREFÁCIO	13
AGRADECIMENTOS	23
AS REVOLTAS DE ESCRAVOS EM UMA PERSPECTIVA HEMISFÉRICA	25
OS QUILOMBOS NEGROS NA GUERRA E NA PAZ	63
O MOMENTO CRÍTICO	87
PALAVRA FINAL: "A BANDEIRA DE NOSSO PAÍS"	119
ENSAIO BIBLIOGRÁFICO	129

PREFÁCIO

O escravismo, qualquer que tenha sido sua forma, figurou como a antítese daquilo que a autonomia individual considerava a essência da liberdade nas sociedades modernas. A revolta contra a escravidão emergiu assim como a afirmação básica da dignidade humana e da própria humankind. O poder da escravidão como mito cultural nas sociedades modernas deriva de sua relação antitética com a ideologia hegemônica das relações sociais burguesas de produção. As vertentes liberais e democráticas da ideologia burguesa exigem a responsabilidade do indivíduo em relação a si mesmo na política, na economia e na sociedade. Sem dúvida, os trabalhadores e trabalhadoras têm sido grandemente excluídos do governo e dos benefícios, mas a justificativa para sua exclusão tem se mostrado compatível com a noção do individualismo, aplicado à propriedade, mais do que uma violação cínica e flagrante dessa noção.

Na teoria burguesa, a liberdade emerge como uma qualidade e um direito absolutos do ser humano. Ao contrário de algum direito místico ou espiritual que poderia realizar-se unicamente em outra vida, a liberdade burguesa está ancorada no sólido aqui-e-agora da propriedade absoluta. Aqueles que não possuem recursos externos e materiais gozam de uma propriedade mínima, principalmente em sua força de trabalho. Marx poderia denominar a isto salário-trabalho-salário-escravidão, mas essa metáfora retira sua força da aceitação geral de uma ideologia que nega a escravidão como condição social e pessoal aceitável.

As sociedades pré-capitalistas não conseguiram acionar com facilidade movimentos de oposição à escravidão, pois elas encaravam a participação social no contexto de uma ou outra noção da sociedade como uma totalidade. Normalmente tratava-se de uma comunidade ou de uma família hierarquicamente ordenada. As sociedades pré-capitalistas tam-

bém tenderam a favorecer um sistema mais complexo de participação social. Menos inclinadas do que as sociedades capitalistas a oferecer um único modelo aceitável de ser social – o indivíduo autônomo – elas tendiam a justificar a escravidão como forma de ser social, diferente, em grau mais do que em espécie, de formas alternativas. Nesse contexto, a revolta contra a escravidão geralmente assumiu a forma de uma simples revolta contra uma exploração insuportável ou contra os excessos de acomodações tradicionais. Até mesmo os escravos perceberam suas revoltas como algo exterior à sociedade, como um abandono a ela. Durante muito tempo, entretanto, as revoltas de escravos possuíram conteúdo restauracionista ou isolacionista, mais do que revolucionário.

O caráter social objetivo das primeiras revoltas de escravos não obscurece a profunda experiência da escravidão, da opressão e da exploração, que as liga às revoltas de escravos no mundo moderno. O confronto violento com a injustiça estava presente no âmago de qualquer revolta contra a escravidão. Mas o objetivo das revoltas e os termos em que elas se davam mudou de acordo com as mudanças revolucionárias ocorridas nas relações sociais de produção e com a ideologia da sociedade americana e europeia como um todo.

Os conquistadores europeus introduziram a escravidão nas Américas. O caráter da escravidão trazia a marca do desenvolvimento e das aspirações históricas de seus progenitores. Não sendo jamais um modo de produção ou forma de governo independentes, a escravidão nas Américas constituiu uma formação social e um conjunto particular de relações sociais de produção no interior de um modo de produção senhorial em declínio, e na ascensão do capitalismo, sob o domínio das consequentes relações políticas de propriedade e autoridade.

A instituição da escravidão, introduzida por europeus, variava em suas particularidades de lugar para lugar, em todas as colônias. O estágio de desenvolvimento histórico alcançado pelo país de origem, no momento inicial da colonização e da instituição do governo colonial, exerceu um impacto decisivo sobre a forma das instituições coloniais, incluindo as formas regionais de escravidão. Discuti a ação abrangente das classes dirigentes em *The World the Slaveholders Made*, no qual abordei o contexto histórico da escravidão moderna e, por extensão, da revolta contra ela. O ímpeto inicial da colonização, partisse ela de uma classe, de um segmento de classe ou de um governo, freqüentemente deixou uma marca decisiva sobre as instituições coloniais. O país de onde se originou a forma de governo, bem como sua religião, cruzava-se com o nível de desenvolvimento do mercado mundial e do

relacionamento real ou potencial da colônia com tal mercado, de maneira a favorecer uma forma particular de escravidão. As possibilidades do mercado, combinando-se com escrúpulos ou impedimentos relativos à escravidão de seu próprio povo ou de povos indígenas coloniais, foram muitas vezes responsáveis pela adoção sistemática da escravidão negra como a forma preferida de trabalho.

Uma vez inaugurado o sistema escravocrata, ele poderia ser modificado ou pelas mutáveis oportunidades econômicas ou pela necessidade dos senhores em estabelecer uma hegemonia social, a fim de mitigar ou legitimar a exploração econômica brutal. Como demonstrei exaustivamente em *Roll, Jordan, Roll*, os escravos jamais constituíram um zero à esquerda nesse processo. Os africanos, vindos em ondas sucessivas, trouxeram com eles tantos conceitos e compromissos com a justiça e a legitimidade, quantos aqueles formulados por seus captores. E eles combativeram tenazmente, lançando mão de todos os meios possíveis, incluindo o confronto final representado pela revolta, a fim de impor sua própria visão das relações sociais. As sociedades escravas que resultaram destas lutas contínuas possuíram traços distintos e, mesmo quando não se manifestavam abertamente, construíram uma história específica de confronto de classes e de compromissos arduamente obtidos.

Essas sociedades escravas regionais enraizaram-se e cresceram num contexto econômico determinado pelo modo de produção europeu preponderante. E, com o devido respeito aos casos especiais da Inglaterra, Holanda e suas respectivas colônias, esse modo de produção era senhorial, no que se referia à gênese dos sistemas escravagistas americanos. O modo senhorial de produção, que deu origem à expansão, não pode ser igualado ao senhorialismo medieval em seu apogeu. As crises internas já haviam permitido ao capitalismo comercial e ao estado absoluto realizar avanços significativos. Na França, Espanha e Portugal o capital comercial permaneceu parasitário e minou as relações sociais de produção senhorial, a exemplo do que fizeram os mais vigorosos estados absolutos. As mais ousadas realizações das várias monarquias jamais as libertaram de seu relacionamento simbótico com as classes dirigentes senhoriais. Por seu lado, essas classes dirigentes não puderam libertar-se decisivamente de suas relações ideológica e legalmente circunscritas, contrárias com suas próprias classes trabalhadoras, sem sacrificar a essência de uma posição privilegiada, em suas comunidades nacionais.

Assim como a colonização prometeu uma multiplicidade de vantagens econômicas, externas ao sistema social nacional, precariamente equilibrado, da mesma forma a escravidão pareceu oferecer, num caso

após o outro, meios de racionalizar as relações sociais de produção. Mas os vários senhores de escravos, quaisquer que fossem suas sensibilidades religiosas e culturais, jamais pretendiam que essa racionalização se chocasse com a legitimação racial de seu próprio status, nem com seu acesso privilegiado à propriedade e à autoridade. Na realidade, eles, a *grosso modo*, esperavam que a posse e exploração dos escravos reforçassem sua posição como senhores. Se podiam viver com as claras vantagens econômicas de serem feudatários modernos, raramente aspiravam a se tornarem capitalistas empreendedores. E as vicissitudes de sua relação simbiótica contínua com os detentores do capital comercial, que lubrificavam suas operações e sugavam seus lucros, confirmava o persistente contexto senhorial de seu empreendimento.

Até mesmo a colonização inglesa teve suas primeiras raízes em um sistema social e econômico pré-capitalista, mas a primeira grande revolução burguesa deveu suas origens aos mesmos fenômenos que produziram a colonização e rapidamente alteraram a estrutura legal e econômica de seu desenvolvimento. A grande onda de importações de escravos para as colônias anglo-saxônicas ocorreu quase no mesmo momento que a Gloriosa Revolução, o que confirmou o triunfo do individualismo burguês na mãe-pátria. Essa transformação reforçou a capacidade dos colonizadores anglo-saxões, no sentido de manter outros homens como propriedade burguesa absoluta. Na medida em que procuravam organizar essa exploração pura e simples como uma ordem social viável, eles voltaram-se para normas senhoriais antigas, apropriadas às relações entre camponeses e senhores, em vez de recorrerem às normas emergentes apropriadas ao trabalho livre.

A história da escravidão e das revoltas de escravos nas Américas corresponde grosseiramente à transição do senhorialismo ao capitalismo. E, a exemplo daquela transição portentosa e prolongada, a escravidão nas Américas não pode ser reduzida a qualquer modelo simples. Como um conjunto de relações sociais de produção inseridas em um modo dominante de produção, ela deve ser apreendida através daquela visão nuancada, que deve estar na base de qualquer compreensão do papel histórico do capital comercial. A exemplo desse último, ao qual estava tão claramente associada, a escravidão nas Américas permaneceu uma racionalização do parasitismo. Capaz de extraordinária eficácia no contexto de uma dada conjuntura, ela, no entanto, representou um beco sem saída, no que diz respeito ao desenvolvimento. Ideologicamente, a escravidão combinava elementos tradicionais e progressistas, fundidos numa síntese contraditória e incômoda, que inevitavelmente conflitava com um ou mais elementos da ideologia burguesa emergente.

Nada testemunha melhor o papel integral da escravidão, na transição do senhorialismo para o capitalismo – em termos ideológicos, bem como sócio-econômicos – do que a história das revoltas de escravos. Nenhum outro movimento social pode iluminar melhor o rico e contraditório processo mediante o qual os escravos moldaram a própria história, no contexto dos modos de produção dominantes. Ao longo do século XVII e durante a maior parte do século XVIII, as numerosas revoltas de escravos seguiram-se a uma trajetória geralmente restauracionista. As várias populações escravas, com suas discretas culturas africanas e afro-americanas, insurgiram-se contra a opressão de seus senhores europeus e brancos crioulos. Ao agir assim, apoiaram-se nas suas identidades culturais e nos seus compromissos coletivos, a fim de rejeitar a opressão e propor normas sociais alternativas. Quando sua trajetória não desembocou em derrota sangrenta e sacrifício heróico de vidas, ela levou tais populações a se retirarem da sociedade colonial e a estabelecerem sociedades quilombolas. Este particularismo, com sua conotação de heterogeneidade social e política, acarretou não somente a recriação de comunidades tradicionais, como também a exploração de outros escravos. Ele também implicou em acordos com governos coloniais ou classes dirigentes que ainda aceitavam uma visão particularista da ordem social, hierarquicamente organizada. Assim, antes do triunfo do modo capitalista de produção e de uma ideologia burguesa coesiva, os escravos podiam usar o mundo colonial a fim de defender suas concepções tradicionais, relativas aos próprios direitos.

A conquista do poder do estado pelos representantes da burguesia que se consolidava na França transformou decisivamente o terreno ideológico e econômico. Nada mudou da noite para o dia, mas a revolução francesa forneceu as condições mediante as quais uma revolta das massas em São Domingos poderia tornar-se uma revolução por si mesma. O brilho com que Toussaint L'Ouverture reivindicou para seus irmãos e irmãs escravizados os direitos de liberdade, igualdade e dignidade humana universal, que os franceses reivindicavam igualmente, constitui um momento decisivo na história das revoltas de escravos e até mesmo do espírito humano. Longe de aceitar passivamente a hegemonia da classe dirigente, Toussaint apropriou-se dessa hegemonia, num momento de transição. Daí por diante os escravos cada vez mais almejaram não uma cisão com a classe dominante, mas uma união com ela, em termos igualitários.

Duas críticas à tese exposta neste livro podem ser antecipadas, posto que já foram formuladas em comunicações particulares feitas por colegas e companheiros. A primeira parte da direita, e a segunda da esquerda.

Em primeiro lugar, não sugiro de modo algum a existência de uma homogeneidade ideológica e muito menos de uma coordenação, antes ou após a Revolução Francesa e nem o desaparecimento de revoltas restauracionistas. Admito, prontamente, que os mecanismos de transmissão ideológica permanecem obscuros e à espera de uma investigação mais profunda. Insisto, sim, que a exigência negra da abolição da escravidão como sistema social era algo novo e que marcou época. Ela não poderia ter emergido como um poder histórico mundial antes da ascenção da ideologia burguesa-democrática, a qual estendeu o compromisso liberal revolucionário à propriedade absoluta. As revoltas de escravos, a exemplo de tantos outros fatos, não podem ser compreendidas fora do contexto de uma história mundial em desenvolvimento, no qual a política, a economia e a ideologia da Europa, África, Américas e Ásia tinham-se tornado inseparáveis.

Em segundo lugar, não nego que as revoltas de escravos anteciparam as revoluções proletárias e anticoloniais do século XX. O argumento a favor da continuidade com movimentos anticapitalistas posteriores pode ser sustentado, mas somente num nível diferente de análise e não contradiz a tese primária. Devido a razões que escapam ao objetivo deste livro, mas suficientemente conhecidas, a grande massa dos ex-escravos ingressou no proletariado urbano ou naquilo que Sidney Mintz denominou "campesinatos reconstituídos", ou então em formações sociais semi-proletárias, semi-servis. Em cada caso as revoluções burguesas-democráticas foram abafadas cedo; em cada caso o radicalismo das revoltas contra a escravidão passou para os movimentos anticoloniais ou anticapitalistas, apesar de que esse processo deva ser avaliado com grande atenção, tendo em vista o conservadorismo de alguns desses campesinatos reconstituídos e a prolongada sujeição política dos negros do sul dos Estados Unidos.

C. L. R. James levantou agudamente essa questão em seu trabalho, bem como W. E. B. Du Bois, em *Black Reconstruction*. Sob diferentes aspectos, ela também chamou a atenção de Sidney Mintz, José Luciano Franco e David Brion Davis, entre outros. Não é de surpreender que esses estudiosos, profundamente influenciados pelo marxismo, insistam em

enxergar o mundo em bloco e em enfatizar as implicações políticas de suas investigações históricas e antropológicas. O relacionamento deste livro com aquela questão extraordinariamente complexa requereria um novo livro, que melhor a elucidasse. Eu, porém, não escrevi nada que negue a continuidade histórica das revoltas de escravos com movimentos sociais posteriores. Trata-se, porém, de uma continuidade que não justifica interpretar o presente a partir do passado.

Até a Era da Revolução, as revoltas de escravos não desafiavam o sistema capitalista mundial no qual a própria escravidão se inseria. Ao contrário, elas objetivavam a fuga e a autonomia, isto é, uma restauração social local e pré-capitalista. Quando essas revoltas se tornaram de fato revolucionárias e desfraldaram a bandeira da abolição, isso se deu no contexto da onda revolucionária burguesa-democrática, por meio de lemas e exigências burguesas-democráticas e de um compromisso com as relações burguesas de propriedade. A transformação desse legado pela ação das gerações subsequentes é uma outra história.

De modo geral, através da história, os escravos constituíram as classes sociais mais oprimidas, mas não as mais revolucionárias. Os historiadores do mundo antigo comentaram menos as grandes revoltas de escravos da história romana do que sua pouca frequência, e alguns deles argumentaram, com muita plausibilidade, que o impulso revolucionário mais forte partiu das classes e estratos mais baixos, não escravos, que, sendo menos subjugados, apresentavam condições políticas, militares e psicológicas mais favoráveis. Consequentemente, a lenda da docilidade negra na escravidão resulta irônica e ridícula, pois, na medida em que a evidência dos fatos permite uma generalização, nenhum povo escravizado, ao longo da história mundial, revoltou-se com tanta frequência, em tão grande número e com tanta margem de sucesso. Os escravos do Velho Sul sublevaram-se menos vezes, em menores contingentes e com menor sucesso do que os da região do Caribe e da América do Sul; no entanto, eles também fizeram contribuições vitais à história da revolta.

Este livro, aliás resumido, não tenta tornar a contar a história das revoltas de escravos afro-americanos em todo o hemisfério ocidental. Para narrá-las com os detalhes necessários, seria preciso escrever dez substanciais volumes. Ele aborda apenas alguns tópicos e se interessa por dois problemas principais: 1) as condições de tempo e lugar favo-

ráveis à revolta de escravos e à guerra de guerrilha, que ajudam a explicar a pouca freqüência e a baixa intensidade das revoltas no Velho Sul, em relação às que se deram em outros lugares; e 2) a posição das revoltas de escravos e das guerras de guerrilhas, incluindo as do sul, nos movimentos políticos internacionais que estavam plasmado o mundo moderno, durante a assim denominada Era da Revolução.

Procedi presumindo que o extraordinário trabalho de pesquisa dos anos recentes finalmente desmascarou o mito da docilidade e passividade do escravo. Não discuto, portanto, formas de resistência não insurrecional e nem mesmo movimentos tais como as impressionantes revoltas ocorridas a bordo dos navios negreiros, por ocasião do tráfico. Tais assuntos, importantes em si mesmos, estão ligados aos temas deste livro, mas sua inclusão apenas aumentaria o texto, sem afetar essencialmente minhas colocações.

Decidi enfrentar o risco de incorrer na ira de meus colegas, omitindo as centenas de notas de rodapé que assinalavam o primeiro esboço. Aqui serão encontradas poucas informações novas e trata-se apenas de uma tentativa de introduzir um ponto de vista relacionado a materiais familiares aos especialistas, localizáveis nos livros e artigos citados na bibliografia. Nem mesmo citei as fontes das poucas transcrições de manuscritos encontrados nas fazendas, relatos de escravos e documentos do *British Colonial Office*, pois eles nos fornecem ilustrações, mas não “provam” nada. A bibliografia, apesar de não ser tão abrangente assim, pode, no entanto, parecer excessiva para um livro tão pequeno. Espero, entretanto, que seja de utilidade para os leigos.

Receio que aqueles, contaminados pela paixão atual pela ordem sociológica e pela “análise estrutural” ficarão desapontados com minha falta de precisão ao apresentar os “fatores” que condicionaram a revolta e a guerra de guerrilha e com minha decisão de seguir um modelo literário, no lugar de uma trajetória que implicasse na construção de um modelo. Vários sociólogos, sobretudo Marion Kilson, Orlando Patterson e Anthony Synnott, empreenderam tal construção e enriqueceram enormemente nossa compreensão. Li seu trabalho com imenso proveito e admiração e quero expressar o quanto lhes devo. Minhas opiniões, formuladas independentemente durante as duas últimas décadas, estão de acordo em geral com os deles, no que diz respeito a assuntos essenciais. Não segui inteiramente o procedimento deles porque percebo que há um grave perigo em super-estruturar esses materiais históricos. No fundo, concordo com o comentário sem rodeios de Herbert Aptheker, quando ele observa que a “causa” da revolta de escravos era a escravidão. E,

como em todos meus livros, com a exceção parcial de *The Political Economy of Slavery*, algumas vezes mecanicista, tentei aproveitar-me da argumentação de Maquiavel, quando ele se refere às reivindicações da *fortuna*. Nenhum modelo pode fazer mais do que aprofundar nossa compreensão das probabilidades, pois os escravos, em todos os lugares e em todos os tempos, podem empunhar armas. Como esses sociólogos levaram seus métodos o mais longe possível e como o trabalho de Kilson e Patterson é muito conhecido – e espero que aconteça o mesmo com o de Synott, quando for publicado – procurei lançar mão das vantagens de uma apresentação alternativa.

AGRADECIMENTOS

Meu livro *Roll, Jordan, Roll* (1974) contém uma longa lista de colegas que gentilmente criticaram o manuscrito. Como o primeiro esboço deste livro estava incluído originalmente naquele manuscrito, muitos desses colegas formularam apreciações, que agora agradeço de modo geral. Alguns deles, mais do que outros, também leram redações posteriores e, entre outros favores, pouparam-me erros embaraçosos e apontaram imprecisões: David Brion Davis, Sanford Elwitt, Stanley L. Engerman, Eric Foner, Christopher Lasch, James W. Loewen, Ken Laurence, August Meier, Sidney W. Mintz, Leslie Rout, William K. Scarborough, Stuart Schwartz, Joe Gray Taylor, Bennett Wall, C. Vann Woodward e Mary Young.

Robert Paquette, além de oferecer sugestões valiosas, trabalhou arduamente ao me ajudar a preparar a bibliografia. Devo-lhe muito por ter chamado minha atenção para alguns importantes trabalhos hispano-americanos, sobretudo cubanos, que eu havia ignorado.

Tenho uma dívida toda especial para com Edward Whiting Fox, por suas críticas profundas e sua orientação editorial, além das muitas discussões e debates sobre história. Lamento apenas que não tivessem sido mais freqüentes. Sua extraordinária erudição, seu ceticismo amistoso em relação a meu marxismo, seu olho infalível em relação às posturas e ao convencionalismo, tornaram nossas reuniões familiares extremamente gratificantes.

Elizabeth Fox-Genovese cumpriu sua costumeira tarefa conjugal de me obrigar a repensar, reescrever e suprimir sentenças, parágrafos e até mesmo páginas inteiras, quando isso se fazia necessário. Fez-me terminar um livro quando eu achava que jamais o levaria até o fim.

Este livro nasceu dos seminários dados na primavera de 1973, na Universidade Estadual de Luisiana. A esplêndida hospitalidade do Departamento de História era o que se devia esperar de meus colegas sulistas. Devo acrescentar que considero o convite do Departamento uma honra profissional, a maior a que eu ou qualquer historiador do sul poderia aspirar, e recordarei para sempre esse evento.

AS REVOLTAS DE ESCRAVOS EM UMA PERSPECTIVA HEMISFÉRICA

O que é uma revolta de escravos? A pergunta aparentemente muito simples, tem uma resposta que se impõe: trata-se de uma luta pela liberdade. Ela, no entanto, engloba outras respostas que nos levam à compreensão do caráter especial de determinadas revoltas e do processo histórico em cujo âmbito tais revoltas ocorreram. A resistência de vários tipos, a visibilidade e a magnitude marcaram a escravidão em todos os lugares onde ela existiu. No entanto, os escravos que optaram pela via insurrecional tiveram de demonstrar extraordinário heroísmo diante das dificuldades – aliás, extraordinárias, até mesmo se as medirmos por padrões revolucionários. Nada poderia ser mais ingênuo ou arrogante do que indagar por que um Nat Turner não surgiu em cada fazenda do sul, como se, do conforto de nossas salas de estar, tivéssemos o direito de ditar a outros (e ainda mais retrospectivamente), quando, como e por que teriam de arriscar suas vidas e as daqueles a quem amavam. À medida que as peculiaridades e as circunstâncias se tornam mais claras, existe menos dificuldade em compreender a aparente raridade das revoltas de escravos através da história, e em avaliar a extensão da coragem dos rebeldes e seus múltiplos recursos, bem como a magnitude de seu impacto sobre a história mundial.

As revoltas dos escravos negros no mundo moderno possuíram caráter especial e significação histórica, pois ocorreram no contexto de um modo de produção capitalista que se dava em escala mundial. Consequentemente, contribuíram para o movimento pela liberdade, igualdade e democracia, radical, apesar de ainda burguês, ao mesmo tempo que prefiguravam o movimento contra o próprio capitalismo. Essa antecipação, entretanto, permaneceria necessariamente como uma tendência imanente. Ela não poderia manifestar-se como tal numa época em que uma alternativa socialista ainda não havia amadurecido. Assim, as revoltas

devem ser entendidas basicamente como parte da ala mais radical da luta por uma democracia que ainda não havia perdido seus laços burgueses.

Os sistemas escravocratas do Novo Mundo surgiram de uma conjunção de situações internacionais e regionais, geradas basicamente pelas exigências do mercado mundial. No entanto, certos sistemas, principalmente o ibérico, tinham raízes nas metrópoles senhoriais, ao passo que outros, sobretudo o inglês, enraizavam-se nas metrópoles burguesas mais avançadas do mundo. No âmbito regional as condições variavam enormemente. Por um estranho paradoxo, as colônias inglesas da América do Norte geraram o sistema escravocrata no qual a relação senhor-escravo afetou profundamente a história regional, pois lá os donos de escravos aproximavam-se bastante do conceito de uma classe-para-si-mesma, dotada de considerável poder político e de aspirações autônomas. Em contraste com elas, as colônias inglesas do Caribe geraram o sistema escravocrata mais profundamente burguês e subserviente ao capitalismo mundial. Como já discuti tais problemas em outra publicação¹, aqui me aterei ao aspecto mais diretamente relevante às revoltas no Novo Mundo como um todo. O que quer que se diga delas, o fato é que participaram da oposição política à sangüinária conquista do mundo e à consequente sujeição dos povos de cor, empreendida pelo capitalismo europeu.

No final do século XVIII, o conteúdo histórico das revoltas de escravos mudou radicalmente de configuração, deixando de lado as tentativas de assegurar a liberdade, para chegar a tentativas de eliminar a escravidão como sistema social. A grande revolução negra de São Domingos representou um momento crítico. Para compreender essa ruptura, que marcou época, as revoltas nos Estados Unidos ou em qualquer outro país, devem ser encaradas em um contexto hemisférico e até mesmo mundial. Espero, no entanto, que ninguém cometa o erro mecanicista de interpretar minha colocação como se nela não houvesse nenhum indício do caráter democrático-burguês nas revoltas de escravos pós-haitianas que eclodiram antes do final da década de 1790 ou que nenhuma revolta de caráter basicamente pré-haitiano apareceu mais tarde. Espero igualmente que ninguém interprete mal minha colocação relativa a uma mudança ideológica decisiva, pois não quero dizer com isso que ela surgiu clara, completamente consciente ou sem numerosas contradições. Uma história completa das revoltas teria de explorar tais problemas em profundidade. No momento, importa delinear os contornos.

1. *The World the Slaveholders Made: Two Essays: An Interpretation* (New York, 1969), primeira parte.

Muitas revoltas se iniciaram como atos mais ou menos espontâneos de desespero contra o extremo rigor, a fome e a retirada súbita de privilégios, ou contra outras condições locais ou imediatas. Tais movimentos, algumas vezes — mas não sempre — transformavam-se em revoltas contra determinadas injustiças, ainda que definidas pelos princípios consuetudinários que regiam a escravidão. Outras revoltas, bem como as guerras de guerrilha empreendidas pelos quilombolas (isto é, grupos de escravos fugidos), objetivavam uma fuga à sociedade escravagista, numa tentativa de fazer ressurgir uma ordem social arcaica, frequentemente percebida como algo tradicionalmente africano, mas que era invariavelmente uma criação afro-americana bem definida. Sobretudo, no fim do século XVIII e também no século XIX, eclodiram revoltas que tinham por objetivo eliminar a escravidão como sistema social — um objetivo magnífico desconhecido pelos escravos do mundo antigo — e garantir para os povos negros um lugar no sistema moderno das nações-estados. As revoltas no Velho Sul, no século XIX, formaram parte integrante da transformação das relações de classe e de raça no Hemisfério Ocidental.

As revoltas de escravos mais importantes nos estados norte-americanos de fala inglesa ocorreram na cidade de Nova Iorque, em 1712; em Stono, Carolina do Sul, em 1739; no sul de Luisiana, em 1811, e no condado de Southampton, Virgínia, sob o comando de Nat Turner, em 1831. A elas pode-se acrescentar a conspiração de Point Coupee, Luisiana, em 1795, antes que a colônia fosse cedida aos Estados Unidos e as conspirações de Gabriel Prosser em Richmond, Virgínia, em 1800 e de Denmark Vesey em Charleston, Carolina do Sul, em 1822. A conspiração de Nova Iorque, em 1741, brutalmente suprimida, parece, no entanto, ter sido uma invenção da histeria dos brancos, apesar de persistirem algumas dúvidas em relação a ela. Outras ações, bem sucedidas ou abortadas, aconteceram dentro de limites estreitos e envolveram pouca gente. A maior parte dos estados esmagaram conspirações, reais ou imaginárias e, periodicamente, tremeram de medo, sem sofrerem revoltas substanciais. As autoridades podiam suprimir indícios de algumas revoltas, mas dificilmente seriam bem sucedidas se tivessem de enfrentar movimentos numericamente significativos, ou se tivessem de atuar em uma área extensa.

Os escravos do Velho Sul tinham uma história radicalmente diferente, em certos aspectos essenciais, da história dos escravos das ilhas do Caribe e da América do Sul. O regime escravocrata nos Estados Unidos entrou em seu grande período de expansão territorial, econômica e demográfica depois que o tráfico de escravos se encerrou. A perspectiva

(aprox. 1920)
Paternalismo

de lucros inesperados surgiu no momento exato em que se tornou necessário melhorar as condições materiais da vida dos escravos, a fim de garantir uma taxa adequada de reprodução. Essa conjuntura revelou-se decisiva para o florescimento do paternalismo e para o processo que levou os escravos a uma acomodação paulatina com o regime, embora essa acomodação fosse contraditória e violenta.

O paternalismo enraizara-se em Maryland e Virgínia, antes que a supressão do tráfico tivesse provocado a elevação dos preços e obrigasse os senhores a se preocupar com o bem-estar mínimo de seus escravos. A depressão do mercado do fumo, no século XVIII, criou dificuldades para os proprietários de escravos, que viram os preços dos cativos aumentar sucessivamente, devido às condições mais favoráveis oferecidas pelo mercado do açúcar. Assim, as condições econômicas reinantes no século XVIII produziram, por mais prematuro que isso fosse, um tipo de efeito sobre as áreas de cultivo de fumo que se tornaria geral no sul, uma vez encerrado o tráfico de escravos. Os plantadores de fumo podiam realizar ajustamentos psicológicos e políticos com maior facilidade do que os plantadores de açúcar das ilhas, pois em suas fazendas viviam em contato íntimo com os escravos. À medida que aumentou a proporção de escravos crioulos em relação aos nascidos na África e à medida que a distância cultural entre senhores e escravos diminuiu, as bases de um paternalismo regional tornaram-se progressivamente mais fortes. No entanto, como o demonstra a experiência do nordeste do Brasil, a tendência a aperfeiçoar o paternalismo de uma classe detentora de escravos – mesmo sendo ela a herdeira de um *ethos* senhorial do Velho Mundo – podia ser contrabalançada pelas pressões econômicas relativas a um aumento da exploração, geradas por um tráfico aberto e pelo baixo custo do trabalho das resultante.

O desenvolvimento de um relacionamento orgânico entre senhores e escravos, inserido nas teias do paternalismo, não explica por si só, ou mesmo elementarmente, a baixa incidência das revoltas de escravos durante o século XIX e prova muito menos que os escravos eram infantilizados ou dóceis. Sem precisarmos recorrer a interpretações especulativas de natureza psicologizante, podemos explicar o fato ao considerarmos as condições específicas que encorajaram as revoltas de escravos nas ilhas do Caribe e no Brasil, mas que estavam largamente ausentes nos Estados Unidos. O desenvolvimento do paternalismo no Velho Sul, isto é, o desenvolvimento de um senso de direitos e deveres recíprocos entre senhores e escravos, implicava num considerável espaço de vida, no qual os escravos pudessem criar famílias estáveis, desenvolver uma rica

comunidade espiritual e gozar de conforto físico. À medida em que vieram a encarar a revolta como algo suicida, no contexto das condições específicas de vida no Velho Sul, eles centralizaram seus esforços em formas de resistência apropriadas à sua sobrevivência como povo, mesmo sendo escravos.

De modo algum tal decisão implicava na aceitação da escravidão. Os *Spirituals* e muitos outros testemunhos atestam a profunda nostalgia do escravo pela liberdade. Essa decisão também não garantia relações pacíficas com seus senhores e com os brancos, de modo geral. Resistências violentas e não violentas à injustiça estiveram presentes em todos os momentos do regime escravocrata. Quando os escravos, embarcados em navios negreiros, rebelaram-se e dirigiram-se para o Haiti ou colocaram-se sob a proteção dos ingleses, como se deu em alguns casos dignos de nota, demonstraram que o surgimento de condições favoráveis e de uma chance de sucesso poderiam provocar uma ação ousada. A resistência e a violência presentes na vida diária representavam ajustes de contas pessoais ou locais, mais do que uma tentativa coletiva de derrubar um poder branco esmagador.

A religião que os escravos moldaram para si mesmos revelava amplamente tais contradições. Dirigidos por seus pregadores e exortadores negros, os escravos não assimilaram simplesmente o cristianismo branco. Misturaram-no com sua religião tradicional, parcialmente africana em sua origem, criando assim uma mensagem de amor e de assistência mútua, de seu mérito como povo negro e de sua libertação no final do cativeiro. Seu cristianismo servia como defesa contra a desumanização inerente à escravidão. No entanto, cada vez mais, os pregadores negros, sobretudo após os fracassos de Gabriel Prosser, Denmark Vesey e Nat Turner, compreenderam que a revolta seria suicida e, em consequência, com algumas poucas e importantes exceções, aconselharam uma estratégia de sobrevivência defensiva. Assim, o conteúdo social da religião negra tornou-se circunscrito por realidades políticas mais amplas, as quais ela reforçou. O conteúdo moral da religião emergiu para justificar a acomodação e a transigência como uma atitude devidamente cristã, mas ao mesmo tempo, apregoou o messianismo político e o milenarismo revolucionário. O desenvolvimento do cristianismo negro não surgiu mecanicamente do fracasso das revoltas de escravos e também não se pode atribuir o fracasso de tais revoltas ao

cristianismo negro². Cada um desses fracassos surgiu da totalidade das relações sociais e reforçou firmemente o outro.

Os escravos nos Estados Unidos não desejavam ou simplesmente eram incapazes de sublevar-se em grande quantidade? A pergunta, em última análise, revela-se um absurdo. Se, durante um longo período, um povo percebe que as dificuldades não são apenas prolongadas, mas virtualmente certas, ele prefere não tentar. Até certo ponto, essa reação representa uma diminuição da auto-confiança e um medo cada vez maior, mas representa, igualmente, um esforço consciente no sentido de desenvolver uma estratégia alternativa de sobrevivência.

Os escravos do Velho Sul nunca desistiram de suas expectativas de libertação e não esperaram que ela ocorresse independente de seu esforço. Mas a estratégia de sobrevivência como povo, implícita em sua magnífica religião e na resistência diária mesclada à submissão áquilo que não podia ser evitado, exigiu seu próprio preço. A ideologia da acomodação, enraizada na religião, compreendeu a si mesma como forma vital de resistência à desumanização e à escravidão e agiu como freio poderoso em relação ao impulso revolucionário, para o qual colocou uma alternativa realista.

A religião dos escravos abafou, mas de modo algum repudiou inteiramente a mensagem revolucionária contida na tradição profética. A estratégia da acomodação aconselhava a paciência e o realismo, mas não destruiu as possibilidades de uma ousadia revolucionária. A ideologia dos escravos reduzia a probabilidade da revolta, mas não apre- goava que uma oportunidade súbita não devesse ser aproveitada. Assim, o constante temor dos senhores de escravos, relativo a um povo que se sublevava raramente e em pequeno número, derivava de um realismo próprio de uma classe dirigente obstinada.

Levantes gerais de milhares de escravos, tais como os que ocorreram na Jamaica, Demerara e São Domingos ou até mesmo de centenas deles, tal como se deu em muitos países, permaneceram uma possibilidade, a qual, por mais diminuta que fosse, tornava racionais as esperanças de um Gabriel Prosser, de um Denmark Vesey ou de um Nat Turner. Turner não conseguiu sublevar o campo em massa, mas poderia tê-lo feito, se tivesse sustentado seu esforço pioneiro durante algumas semanas ou se tivesse fugido para organizar uma base guerrilheira no interior.

2 Surpreende-me demais que alguns críticos tenham atribuído tal posição a *Roll, Jordan, Roll* (New York, 1974), de minha autoria. Nada existe no livro que permita tão extravagante interpretação.

Os supostos milhares de seguidores de Gabriel Prosser provavelmente jamais existiram, mas a própria lenda pode muito bem ter nascido de uma expectativa plausível.

Os líderes da conspiração de 1822, em Charleston – “a conjunção insurrecional mais bem elaborada que os escravos americanos fizeram”, no sóbrio julgamento de Thomas Wentworth Higginson – apregoavam ter alistado milhares de escravos nas cidades e no campo e alguns historiadores se empenharam em acreditar nisso. Mas o que os bravos rebeldes teriam dito? “Bem, companheiros, tudo o que temos é um grupo composto por umas doze pessoas, se tanto, mas sabemos no fundo do coração que as massas nos seguirão”. A mensagem dificilmente conteria algum apelo para gente que avaliava corretamente a força do aparato branco. Vesey, homem excepcionalmente hábil e experiente, compreendeu que, quanto maior o número de pessoas em que tivesse de confiar, maior o perigo de traição e Gabriel Prosser antes dele, bem como Nat Turner posteriormente, também o compreenderam. Inicialmente, Vesey tinha mais necessidade de capitães que de soldados, pois as circunstâncias não permitiam que ele treinasse um exército numeroso. Charleston, uma cidade bela, encantadora e bem disciplinada, não era o lugar ideal para treinar tropas rebeldes. Os capitães teriam de criar um exército na medida em que se deslocavam.

Com efeito, Vesey achava que os escravos se sublevariam a despeito de tudo, se houvesse indícios de sucesso, em uma guerra na qual eles teriam de escolher de que lado ficar. Nada, na história do Velho Sul, prova que esse cálculo fosse infundado ou difícil de ser realizado. O bom senso exigia, portanto, que se trabalhasse com poucas pessoas, capazes de operar rapidamente um recrutamento em larga escala, uma vez deflagrada a guerra. Suas chances dependiam de seu prestígio entre os escravos, de seu esforço anterior para conseguirem apoio sem falarem muito ou serem por demais específicos e do acerto com que calculavam o ânimo popular.

Tais oportunidades dependiam igualmente do terror revolucionário³. O recrutamento de um grande número de pessoas não poderia ser realizado de forma abstrata. Os escravos, há muito condicionados à sub-

3 De modo algum minha discussão sobre o terror revolucionário deve ser entendida como defesa do terrorismo *per se* – por exemplo, o terrorismo das Brigadas Vermelhas e dos *squadristi* fascistas ressurgentes na Itália. Terror e terrorismo são palavras emocionalmente carregadas com muitos significados diferentes. Qualquer avaliação deve ser historicamente específica. Por conseguinte, minha interpretação não vai nem aquém, nem além do que digo sobre determinados problemas históricos.

missão e receosos de serem mortos, deviam ser levados a confrontar uma nova realidade. Vesey recorreu às palavras de Jesus: "Aquele que não estiver comigo, estará contra mim" (Lucas, 11:23). Esperava forçar seu povo a escolher, não entre a revolução e a segurança, mas entre a violência revolucionária e a violência contra-revolucionária. Concluía sensatamente que os escravos, a despeito de seus medos, desejavam a liberdade e identificavam-se uns com os outros, mais do que com os brancos e esperava liderar um exército de milhares. Mas, primeiramente, tinha de ocupar e garantir Charleston com um exército de Gideão, da mesma forma que trezentos e tantos negros quase se apoderaram da Bahia em 1835, quando também tiveram esperanças razoáveis de sublevar o campo, uma vez garantida a base.

O problema de Vesey prefigurava o dos exércitos de libertação nacional durante o século XX. Com que frequência ouvímos, durante a guerra da Argélia, que a Frente de Libertação Nacional estava matando mais argelinos "inocentes" do que franceses! Com que frequência ouvimos hoje a mesma acusação sendo formulada contra os rebeldes em Zimbábue (Rodésia)! E provavelmente é verdade. No entanto, tais acusações partem daqueles cujo maior orgulho consiste em dizer que foram bem sucedidos ao "pacificarem" povos dominados, quebrando sua resistência e convencendo-os de que a "atitude mais esperta" é "agir dentro do sistema". Na verdade, esta prova de pacificação surge, na ação de seus apologistas, como indício da beneficência e do contentamento imperialistas: o povo agora sabe que se encontra em situação muito melhor e viveria submetido pacificamente a nossas regras, se não fosse atormentado por agitadores de fora.

Posto que o sistema em questão é de humilhação nacional e de opressão social, é inútil censurar as pessoas que consideram traidores aqueles que aceitam condições tão vergonhosas. Quem não sabe que os franceses não poderiam dominar a Argélia durante tanto tempo sem a concordância passiva de milhares de argelinos "inocentes"? Ou que o regime de Smith na Rodésia teria sido suprimido há muito tempo, se não fosse por suas tropas e políticos negros?

Aqueles que não estão dispostos a censurar prontamente os colaboradores argumentam que a acomodação segue-se a uma consideração realista sobre a correlação de forças e não é prova de degeneração moral. Muito bem. Acontece que esta defesa cai em uma redução, apregoando que a oposição ao opressor resulta na morte. Se for assim, os revolucionários que não tiverem perdido o juízo devem concluir que não haverá nenhuma esperança, até que o custo da colaboração atinja o nível

do custo da rebelião. Somente então as pessoas serão livres para escolher de que lado ficar, sob o pretexto do dever. E de nada adianta alegar que pessoas "inocentes", pessoalmente inofensivas e politicamente neutras, devem ser poupadadas. O opressor necessita em alto grau da neutralidade política para fazer negócios como sempre. Trata-se de uma condição *sine qua non*. Aquele que deseja a libertação em um contexto que não permite a mudança pacífica, deseja o terror revolucionário. Nenhuma revolta de escravos que tivesse hesitado em invocar o terror foi bem sucedida.

Até mesmo uma breve revisão das condições gerais que favoreceram as grandes revoltas e a guerrilha demonstra as dificuldades especiais com que se defrontaram os escravos do Velho Sul. Se fosse apresentada uma lista dessas condições, sem levar em conta a suposta importância de uma em relação à outra, ela nos sugeriria uma probabilidade muito maior de revoltas de escravos onde: 1) o relacionamento senhor-escravo desenvolveu-se no contexto do absentismo e da despersonalização, bem como no de um grande distanciamento cultural entre brancos e negros; 2) onde ocorriam reveses econômicos e fome; 3) onde as propriedades apresentavam, em média, de cem a duzentos escravos, como nos engenhos de açúcar, em vez de vinte ou pouco mais, como no Velho Sul; 4) onde a classe dirigente via-se freqüentemente dividida, participando de guerras entre países escravocratas ou travando lutas sérias em determinado país escravocrata; 5) onde os brancos sobrepujavam numericamente os negros; 6) onde os escravos nascidos na África sobrepujavam os nascidos no contexto da escravidão americana (os crioulos); 7) onde a estrutura social do regime escravagista permitia a emergência de uma liderança negra autônoma; 8) onde a situação geográfica, social e política fornecia meios e oportunidades para a formação de núcleos de escravos fugidos, suficientemente fortes para ameaçar o regime das fazendas. Esta lista pode ser aumentada, refinada e subdividida, mas, tomadas em conjunto, tais condições resumiam uma só: o equilíbrio do poder, militar e político. As revoltas de escravos poderiam eclodir em qualquer lugar e a qualquer tempo, em resposta ao fato central da escravidão. Nenhuma provocação ou condição específica era indispensável. No entanto, as probabilidades de uma revolta em larga escala dependiam, em alto grau, de alguma combinação dessas condições.

Após esse breve exame do contexto social, o qual discuto em profundidade em *Roll, Jordan, Roll*, comentarei outras condições, embora correndo o risco de fazer uma apresentação um tanto esquemática. Os reveses econômicos provocaram numerosas e grandes revoltas de escravos

no hemisfério, sobretudo no Caribe, onde a guerra e o aprovisionamento inadequado resultaram em carência desesperadora de alimentos e total inanição. A fome prolongada, ocasionada por anos de seca e depressão, causou, por exemplo, o grande levante de St. John, em 1733; e em Cuba, escreve H. H. S. Aimes, "... sempre houve uma coincidência notável entre as revoltas e agitações de escravos e os períodos de depressão econômica e de crise política".

Incontáveis comoções urbanas e agrárias, em todo o mundo, tiveram origem na fome e na privação extremas. Os escravos, a exemplo das outras classes mais baixas, normalmente se lançavam à revolta com lentidão e dificuldade. O aguilhão da fome freqüentemente os tornava desesperados. Algumas das maiores revoltas, entretanto, eclodiram durante períodos de prosperidade material, a qual estimulava expectativas. E, apesar de o governador das Ilhas de Cabo Verde estimar, certa ocasião, que quase quatro mil escravos haviam morrido devido aos efeitos da seca e da fome, não aconteceu nenhuma revolta. Até mesmo a inanição poderia não ser motivo suficiente.

Uma depressão geral nos Estados Unidos não exercia sobre os escravos o mesmo efeito que nas ilhas do Caribe, pois ali um nível mais alto de auto-suficiência oferecia alguma garantia contra a escassez aguda de alimentos. As dificuldades levaram senhores de escravos mais fracos a tentar vender e alugar seus cativos e o descontentamento desses últimos deve ser levado em conta, mas até mesmo a venda e o aluguel diminuíram durante a depressão econômica geral, enquanto caía a demanda de braços para o trabalho. A provisão de alimentos permanecia uma questão crítica. Não há indícios de diminuições freqüentes ou em larga escala durante 1820-1860, período para o qual existe uma documentação ampla e há poucos indícios, no que diz respeito ao século XVIII e início do século XIX.

Com ou sem depressão econômica, uma grande concentração de escravos facilitava a organização da revolta. Os escravos no Caribe e no Brasil viviam na maior parte em propriedades onde a média era de cem a duzentos cativos. Na Venezuela e na Colômbia as revoltas de escravos ocorreram em áreas de concentração semelhante ou nos centros mineiros e nas cidades. Por exemplo, as regiões de mineração de ouro ao longo do rio Cauca presenciaram revoltas até 1842-1843. Nos Estados Unidos, metade dos escravos viviam em sítios, não em fazendas e a quarta parte deles em sítios com cinqüenta ou menos cativos. Grandes unidades agrícolas constituíam um cenário favorável, no qual movimentos insurrecionais poderiam amadurecer.

As cidades e os centros de mineração ofereciam aos escravos rebeldes algumas das vantagens que eles encontravam nas grandes fazendas. A liderança podia desenvolver-se ali sem grandes entraves; centros de cultura autônoma poderiam emergir com maior facilidade e existiam condições favoráveis a um movimento pessoal. Richard C. Wade, em sua tentativa de anular Denmark Vesey, argumentou que as condições da vida urbana militavam contra a insurreição, mas no Caribe, Venezuela e Brasil, para não falar da cidade de Nova Iorque, as revoltas urbanas ocorreram a despeito de condições sociais muito semelhantes às das cidades do Velho Sul. As revoltas se deram na cidade e no campo. Em geral os centros urbanos, bem como as regiões onde havia grandes fazendas, ofereciam condições especialmente favoráveis e também certos perigos.

Aqueles países do Novo Mundo nos quais as revoltas de escravos ocorreram com maior freqüência e intensidade, apresentavam uma grande proporção de negros em relação a brancos e de escravos em relação a homens livres. Na Guiana Inglesa, os escravos constituíam 90% da população e sobrepujavam os brancos na proporção de entre vinte e trinta para um. Jamaica, São Domingos e grande parte do Caribe contavam com forte maioria negra, freqüentemente da ordem de 80%, e até mesmo no Brasil, que possuía grande população mestiça, os negros ultrapassavam em grande quantidade os brancos, desde os primeiros dias do regime escravagista. O capitão Stedman escreveu a esse respeito sobre sua experiência no Surinam: "Todas as partes do mundo onde a escravidão doméstica se estabeleceu podem estar ocasionalmente sujeitas à insurreição e à inquietação, sobretudo onde os escravos constituem a maioria dos habitantes".

No sul dos Estados Unidos, o mais importante de todos os países detentores de escravos, os negros permaneceram em minoria, a não ser em áreas restritas. Constituíam maioria somente na Carolina do Sul e no Mississippi, onde alcançavam uma porcentagem de 55 a 57%. A proporção de escravos nos principais estados, em 1860, era a seguinte: Luisiana, 47%; Alabama, 45%; Georgia, 44%; Virginia, 31%; Tennessee, 25% e Kentucky, 20%. Os senhores de escravos do sul aprenderam a lição do Caribe e deram fim ao tráfico. Os governos dos estados debatiam periodicamente o significado da proporção de brancos e negros, a fim de se tranquilizarem quanto a um novo desequilíbrio. Na década de 1830, o dr. J. W. Monette, de Mississippi, demonstrou a sensatez convencional de sua classe, que, em certa época, teve algum mérito, ao notar que, desde que os brancos sobrepujavam os negros em apenas dois estados, o regime não precisava temer uma sublevação geral.

Sul

Os escravos necessitavam de uma significativa preponderância numérica para contrabalançar as enormes vantagens militares concentradas em mãos dos brancos. Os escravos na Jamaica, São Domingos, Guianas e Cuba, conseguiram sentir sua força em momentos decisivos; nos Estados Unidos, não conseguiam deixar de sentir sua fraqueza. Conforme enfatizou Bennet Wall, o constante deslocamento para o oeste inibia, embora sem impedi-la, a consolidação daqueles laços íntimos que as conspirações suscitam. Escravos suspeitos de perturbarem a paz, criadores de casos, eram vendidos para fora daquelas regiões com pouca dificuldade e, de qualquer maneira, o remanejamento constante dos cativos acontecia com frequência. Wall enfatizou, igualmente, outra influência geográfica: os escravos sulistas não estavam concentrados em grandes números, a não ser nas regiões de plantio de açúcar e de arroz, e até mesmo lá as fazendas eram suficientemente vastas e o aparato policial suficientemente forte para desencorajar tentativas de resistência coletiva.

Os escravos enfrentavam essa minoria branca virtualmente desarmados. É claro que tinham acesso a machados e outras armas toscas. Aqueles que trabalhavam nos canaviais, por exemplo, carregavam facões suficientemente grandes para decapitar um homem com um só golpe. Durante o século XVIII, Landon Cartes, da Virgínia, notou de passagem que todo escravo nas plantações de fumo carregava algum tipo de faca, a fim de realizar suas tarefas. Mais cativos sabiam usar armas de fogo do que a lei permitia, pois os fazendeiros freqüentemente concediam a seus escravos de confiança permissão para caçar com armas. O fato de merecerem confiança não garantia sua lealdade durante um levante. Alguns escravos levavam espingardas, enquanto montavam guarda nas fazendas e outros, subrepticiamente, obtinham acesso a essas espingardas e aprendiam como usá-las. Um ex-escravo, entrevistado para a Coleção de Depoimentos de Escravos, da Universidade de Fisk, asseverou: "O pessoal tinha armas a vida inteira e escondia elas...". Concordando aparentemente com o fato, o coronel Higginson achava que a maior parte dos antigos escravos que se alistaram em seu regimento tinha tido alguma experiência com armas de fogo. Recentes escavações arqueológicas realizadas em senzalas oferecem novas provas nesse sentido.

Os senhores de escravos não se enganavam, entretanto, quando minimizavam o perigo da revolta devido à insuficiência de armas. Em qualquer região, somente uns poucos escravos tinham experiência com armas de fogo e um número ainda menor conhecia seu emprego tático. Assim é que John Brown planejou sensatamente distribuir chulos, em vez de espingardas, para os escravos que se juntassem a ele. Como notou

um importante líder do Mississippi na década de 1830, os camponeses europeus tinham muito mais experiência com armas de fogo do que os escravos sulistas e mesmo assim podiam ser intimidados por unidades militares disciplinadas.

Mesmo possuindo algumas armas de fogo, os escravos enfrentavam desvantagens significativas. Os brancos, que preenchiam os interstícios das regiões agrícolas, ensinavam seus filhos a atirar. Uma pontaria certeira e feitos de armas extraordinários tornaram-se signos elementares de virilidade. A população branca constituía uma grande milícia, plena e até mesmo extravagantemente armada, brutal e cheia de recursos, capaz de todas as selvagerias que o racismo pode inspirar. Em contraste, na América do Sul, os mercenários preenchiam os quadros milicianos e poucas vezes faziam algo mais do que lhes era requisitado.

A milícia sulista e os povoadores armados possuíam, além do mais, uma reserva poderosa no exército federal, raramente convocado para reprimir revoltas de escravos, mas psicologicamente valiosa, no sentido de apoiar o ânimo dos senhores de escravos e abafar as esperanças dos cativos. Os senhores e os escravos sabiam que guarnições militares respeitáveis estavam prontas para reforçar as vacilantes milícias dos primeiros. Apesar das tropas sob o comando de Wade Hampton intervirem na rebelião de escravos ocorrida em 1811 na Luisiana somente depois que a milícia restaurou a ordem, a firmeza e prontidão de sua ação tranquilizou os senhores em relação ao futuro e não pôde ter deixado de causar forte impressão sobre os escravos. Após a crise desencadeada por Vesey, os habitantes de Charleston congratularam-se com as garantias oferecidas pelo apoio federal, em caso de necessidade. A reação federal a Nat Turner e a John Brown, na Virgínia, superou todas as expectativas. Com uma maioria branca cercando até mesmo as áreas de concentração negra, os senhores de escravos tinham mão forte, mas, além disso, sabiam, e seus escravos também, que as forças armadas dos Estados Unidos estavam prontas para vir em seu socorro.

Os Gabriel Prosser e os Nat Turner do sul, a exemplo dos líderes rebeldes em países que ofereciam condições mais favoráveis, enfrentavam outros problemas, quase tão sérios quanto os que expus. Por maior que fosse a solidariedade e o apoio mútuo demonstrado pelos escravos, as circunstâncias, em que operavam deixavam grande espaço para informantes, espiões e traidores. Em qualquer situação delicada bastava se fazer sentir a ação negativa de um deles. O coronel Higgins explicava a pouca frequência das revoltas de escravos no sul ao notar que os negros viam todo o poder concentrado na mão dos brancos. Acrescentava: "Eles

não possuem conhecimentos, dinheiro, armas, treino ou organização. Acima de tudo, carecem de confiança mútua. Era uma tradição entre eles que todas as insurreições acabavam sempre traídas por alguém". Durante o levante de Nat Turner alguns cativos chegaram mesmo a ficar do lado de seus senhores, como o fizeram alguns escravos por ocasião de muitas revoltas ocorridas em todo o hemisfério. No entanto, todo movimento popular conta com abundância de traidores, covardes, espiões e agentes provocadores, de tal modo que lidar com eles torna-se o primeiro teste de engenhosidade para a liderança rebelde. O contexto permanece em questão. A inadequação de preparação e de execução – ou de organização – contribuiu para o fracasso das mais sérias revoltas de escravos nas Américas.

A enorme vantagem dos líderes quilombolas sobre os líderes de revoltas de escravos consistia no seguinte: ao passo que, com um pouco de sorte, esses líderes conseguiam manobrar, desistir de um combate, sobreviver às derrotas e aprender com os erros, os líderes das revoltas de escravos normalmente precisavam triunfar de um só golpe, preparado sem experiência prévia, com a participação de gente que sabia estar arriscando suas vidas em um mergulho no desconhecido. Assim, quando Charles L. Redmond defendia que se encorajasse a revolta de escravos, em 1858, Josiah Henson contrapunha com veemência que faria tudo o que estivesse a seu alcance a fim de impedir que sua gente – entre três e quatro mil pessoas – fosse morta em nome de uma causa sem esperanças.

As influências culturais também moldaram as ações militares. Em todo o hemisfério, africanos recentemente chegados, fomentaram os mais dramáticos movimentos insurrecionais. Os escravos crioulos viraram-se forçados algumas vezes a ficar do lado de seus senhores, contra africanos rebeldes, no Brasil e no Caribe. A grande revolução de São Domingos foi deflagrada por uma população escrava que em sua maioria, na palavra dos líderes rebeldes "não sabe duas palavras de francês"; os levantes baianos de 1807-1835 possuíam base indubitavelmente africana; e a esmagadora maioria das revoltas no Caribe antes de 1800 – talvez todas as revoltas importantes – foram levadas adiante por africanos que eram ou se diziam Akan. Os crioulos ofereceram uma contribuição vital à história das revoltas de escravos, cujo conteúdo transformavam decisivamente; mas, possuindo menos qualificações, só se notabilizaram no fim do século XVIII.

Os africanos que participaram do tráfico atlântico como escravos poderiam ter entre eles alguns "criminosos" comuns, pois os chefes afri-

canos usavam o tráfico para livrar-se de elementos anti-sociais ou desordeiros; no entanto, incluíam-se aí muitas pessoas comuns, tachadas de "criminosas", a fim de se justificar sua venda, e alguns rebeldes políticos, que haviam participado de revoltas e de atividades quilombolas, enquanto ainda se encontravam na África. O tráfico atlântico não somente juntou assassinos comuns e desordeiros, mas também rebeldes que se levantaram heroicamente contra a opressão, com experiência anterior na organização de resistência militarista à autoridade despótica.

Nos Estados Unidos, o tráfico encerrou-se na véspera da grande expansão do regime escravocrata, de tal forma que uma força escrava crioula, de proporções sem par, insurgiu-se durante o século XIX. O tráfico em direção ao Caribe britânico encerrou-se mais ou menos na mesma época, mas a emancipação seguiu-se após uma luta política que, na Inglaterra, durou um quarto de século, e após o declínio das perspectivas econômicas nas colônias. Refletindo sobre a incidência das revoltas de escravos no século XVIII, maior do que no século XIX e sobre o papel desempenhado pelos africanos, W. E. Du Bois escreveu em seu livro *The Suppression of the African Slave Trade*:

"A marca áspera e brutal do tempo e do lugar foi parcialmente responsável por isto, mas havia uma razão mais decisiva, que se referia ao caráter altivo e turbulento dos negros importados. A docilidade causada por longos anos de cativeiro e severa disciplina estava ausente e insurreições e atos de violência eram ocorrência frequente."

À medida que aumentava o número e a proporção dos escravos crioulos nos Estados Unidos, ampliava-se o poder militar do regime. Na virada do século XVIII, as revoltas de escravos, difíceis de serem organizadas, mesmo sob as condições mais favoráveis, atraíam somente adeptos ocasionais, pois os opressores permaneciam unidos e tinham domínio total de um poder militar crescente. Os senhores de escravos em todo o hemisfério, desde que não fossem politicamente inexperientes ou obtusos, não cortejavam o desastre, dividindo suas forças. A exemplo de Metternich, calculavam que se os poderosos e bem nascidos fortalecessem seus postos, os cativos não ousariam sublevar-se ou seriam rapidamente esmagados, caso o fizessem. A capacidade daqueles emperdenidos reacionários em manipular a lógica costumava ultrapassar sua capacidade de autocritica e de verificação empírica de teorias que serviam unicamente a eles. Como se essa discrepância não fosse suficientemente perigosa, eles também exibiam uma tendência irresistível a subes-

timar a capacidade de seus inimigos das classes mais baixas de fazer o que quer que fosse, a não ser manifestar inclinação por uma violência insensata. Os senhores de escravos compreendiam perfeitamente que sua força residia na unidade, mas esta não ocorria facilmente quando eles habitavam colônias presididas pelas potências europeias em guerra. Os senhores brancos da Jamaica poderiam controlar os mulatos donos de propriedades, apesar dessa divisão em linhas de raça, mas do que em linhas de classe, eventualmente lhes custar caro, mas como poderiam controlar os espanhóis ou os franceses?

A região do Caribe, logo após a chegada dos primeiros europeus, era sede de conflitos armados, declarados ou não. Quando a região gozava de paz, os senhores de escravos e suas forças militares ajudavam-se de bom grado a manter os cativos sob controle. Sem a chegada das tropas francesas da Martinica, por exemplo, os dinamarqueses provavelmente teriam perdido St. John para seus escravos em 1773. No entanto, sessenta anos mais tarde, o desembarque de tropas francesas na Jamaica, aliás nem um pouco bem-vindas, provocou vários levantes de escravos. Durante a Guerra Quilombola de 1795 os ingleses puderam confiar na ajuda de Cuba espanhola, mas tiveram de lamentar a diminuição de suas forças, ocasionada pela guerra com a França. Em um período mais recuado, quando Drake atacou Nombre de Dios em 1571 e humilhou a Espanha ao saquear São Domingos em 1586, ele preparou cuidadosamente a guerra, contraíndo alianças com os quilombolas locais. A Espanha também sabia como fazer o jogo. Oficiais britânicos na Jamaica enviaram mensagens a Londres em 1830-31, prevenindo-a de que uma invasão espanhola, de resto esperada, tinha substancial ajuda dos negros, cuidadosamente preparada. Os espanhóis fizeram de Porto Rico, durante algum tempo, o refúgio de escravos ingleses que escaparam do cativeiro, durante o século XVIII. Na década de 1730, a inimizade entre a Espanha e a Inglaterra proporcionou aos escravos oportunidades favoráveis na Carolina do Sul. Os espanhóis convidaram-nos para ir à Flórida, garantindo-lhes a liberdade. Presumiam, com razão, que guerreiros negros auto-emancipados constituiriam um formidável exército de fronteira. A grande revolta de escravos em Stono se deu nesse contexto.

Os franceses incentivavam freqüentemente os escravos dos ingleses, que incentivavam os escravos dos espanhóis, que, por sua vez, incentivavam os escravos dos franceses. Os escravos necessitavam de pouca incitação, mas gostavam de saber que tinham aliados poderosos, quaisquer que fossem os motivos. Nos primeiros tempos da revolução em São Domingos, Toussaint usou astuciosamente os espanhóis, franceses e ingleses

para se atormentarem uns aos outros, enquanto montava o próprio exército, ostensivamente leal a qualquer dos poderes europeus que mais tivesse a oferecer no momento. Por isso mesmo, os senhores de escravos em São Domingos provocaram um desastre, ao criarem um abismo racial entre os proprietários brancos e mulatos, enfraquecendo, consequentemente, a aliança deles com a burguesia girondista, no momento em que a ameaça *montagnard* se fazia presente contra ambos. Toussaint aprendeu rapidamente como obter vantagens e ilustrou, de maneira muito pertinente, o conceito de Marx, segundo o qual as classes dominantes forjam involuntariamente as armas de seus inimigos pertencentes às classes dominadas. Uma vez que se tornou vítima da divisão e do poder, o povo pode aprender seus usos. Toussaint revelou-se um aluno brilhante, mas não devemos prodigar-lhe muitos cumprimentos, pois, afinal de contas, ele contava com ótimos mestres.

O Brasil oferece outro excelente exemplo da importância das divisões no seio das classes dirigentes, no que se refere às revoltas dos escravos e à guerra contra os quilombolas. Palmares, a maior de todas as comunidades negras autônomas, surgiu durante a luta que se travou no século XVII entre os holandeses e os portugueses, visando o controle do nordeste. Ela fortaleceu-se durante o longo período em que o exército português tinha coisas mais importantes a fazer. O Brasil permaneceu internamente turbulento durante o século XVIII e os escravos aproveitaram-se das divisões entre os brancos. Foi sobretudo em Minas Gerais, durante o século XVIII, que os portugueses sentiram as maiores dificuldades em suprimir os quilombos, quando os negros se aproveitaram constantemente da luta entre o governo e os colonos. As tentativas da coroa, no sentido de vender direitos de monopólio e aumentar a arrecadação de impostos confiscatórios provocou uma reação violenta e resultou na Guerra dos Emboabas, em 1711, com conflitos armados subsequentes, que favoreceram os rebeldes negros. 1734.

A série de revoltas que se deram na Bahia entre 1807-1835, tiveram como pano de fundo amargas lutas de facções no interior da classe dirigente, inflação aguda, desorganização do comércio exterior, considerável violência, sobretudo nas cidades e os freqüentes levantes de guarnições descontentes do exército. As guerras napoleônicas fizeram com que o Brasil se tornasse sede do reino português e acontecimentos subsequentes ocasionaram a separação política. Os separatistas nas províncias, que apoiavam um ou outro partido da corte – isso para não mencionar aqueles que se insurgiram contra os impostos e o sistema métrico – provocaram constantes tumultos em um país que não contava com uma força

militar satisfatória e cujo enorme interior atraía escravos fugitivos. Durante a segunda metade do século passado o movimento abolicionista, a crise gerada pela guerra humilhante do Paraguai e a luta entre grupos de burgueses em ascensão e senhores de terra em decadência criaram um tumulto favorável à deserção, resistência e violência organizada dos escravos.

Em contraste, os senhores de escravos, nos Estados Unidos, enfrentavam seus cativos a partir de uma posição de força considerável. Não possuíam uma capital metropolitana na Europa a quem dar satisfações e compartilhavam efetivamente do poder em Washington. Ao se verem diante da ameaça de uma revolta de escravos no início do século XIX, suprimiram as divisões internas e chegaram a um consenso político, eliminando a questão escravagista e encaminhando as demais questões, muitas das quais despertavam fortes paixões. Isto sem recorrer à violência ou a uma ruptura visível com a solidariedade da classe dirigente. Os escravos do sul tinham muito menos razão do que os escravos do Caribe ou do Brasil, para acreditar que poderiam tirar vantagens das divisões internas de seus inimigos, apesar de reagirem não somente a fatos políticos precisos, mas igualmente a rumores sem o menor fundamento.

Falsas informações sobre dissensão política entre brancos incitaram as revoltas de escravos com a mesma facilidade com o que ocorria com informações verdadeiras. Os cativos possuíam meios próprios, para ficarem a par de acontecimentos distantes. Em 1733, William Matthew escreveu para Londres que notícias do levante de St. John haviam chegado a Nevis através das ilhas francesas. Em 1816 um residente de Kingston, Jamaica, preveniu o conde de Bathurst de que a leitura da Lei de Registros, na Câmara dos Comuns, teria repercussões perigosas. "Meu senhor" – declarava – "a mera alusão à questão da abolição foi longe demais, no sentido de causar nossa destruição e de renovar os horrores de São Domingos. Chegou ao nosso conhecimento que se deu uma insurreição em Barbados". Aqueles cavalheiros referiam-se unicamente às notícias que chegavam aos brancos? É de se duvidar! Conforme o testemunhou o levante na Jamaica em 1831, os brancos falavam demais e os escravos ouviam tudo. Em Tortola, em 1790, em Barbados, em 1816, na Jamaica, em 1831 e em todos os demais lugares nos outros anos, os escravos se rebelavam, acreditando que Londres havia abolido a escravidão e que seus senhores, em conivência com os funcionários locais, recusavam-se a cumprir o decreto. Da mesma forma, na greve de braços cruzados, ocorrida em 1805 em Buenos Aires, os escravos partiram para uma ação militante, na crença de que o governo os havia libertado.

Os escravos exibiam uma atitude comum entre os povos, até mesmo os mais rebeldes, que haviam crescido em um mundo de dependências de classes. A esse respeito, os servos russos constituíram o exemplo mais famoso. Michel Cherniavski escreveu em *Tsar and the People*:

"Milhares de camponeses literalmente arriscaram e perderam suas vidas a fim de apelar diretamente ao imperador contra seus opressores, a despeito da lei que proibia ao servo queixar-se de seu senhor. Centenas de levantes camponeses ocorreram durante os trinta anos do reinado de Nicolau I, justificados pela absoluta convicção dos insurretos, de que o tsar havia decretado a liberdade e que sua ordem estava sendo desobedecida e suprimida pela pequena nobreza e pela burocacia, isto é, pelo Estado."

Este incitamento à insurreição surgiu igualmente nos Estados Unidos, mas foi menos frequente no século XIX do que no século XVIII. Até mesmo quando a crise da secessão entrou em seu ponto máximo de ebullição, sobretudo após a eleição de Lincoln, ela produziu um efeito radicalmente diferente, fomentando as expectativas da emancipação que estava para vir, ao invés de proclamar uma emancipação outorgada e suprimida. Lewis Clark, um ex-escravo que fugiu e escreveu a própria narrativa, chegou até mesmo a sugerir que, quando os escravos em Kentucky ouviram falar da emancipação nas Índias Ocidentais Britânicas, eles se tornaram menos militantes, pois consideravam a emancipação uma questão de tempo. Os escravos sulistas podiam ter recebido informações mais substanciais, mas o poder dos senhores na região, tão claramente manifesto em todas as fases da vida política e militar, deve ter estabelecido limites definidos a tudo o que os escravos pudessem acreditar em relação a um poder superior, sediado em um lugar distante chamado Washington. Os escravos do Caribe sabiam que Londres tinha o poder de abolir a escravidão, sobretudo depois que ela aboliu o tráfico, mas os escravos do Velho Sul tinham a vivência de pouco ou nenhum poder exterior, a não ser o de seus senhores, cujo consentimento era necessário até mesmo para abolir o tráfico.

Durante o período colonial os escravos podiam tomar conhecimento de indícios de divisões internas e externas entre os brancos com maior facilidade em relação ao que ocorreu após a Revolução. Além de tentar tirar vantagem dos antagonismos entre ingleses e espanhóis, eles reagiram à excitação política que ocorria nas colônias. A revolta de 1812, em Nova Iorque se deu enquanto as feridas da rebelião de Leisler ainda estavam abertas e os brancos profundamente divididos; a confusão

conspiração de 1741 aconteceu durante a guerra de Jenkins'Ear. Após a independência, as condições políticas se tornaram menos favoráveis, mas Gabriel Prosser encorajou-se com o conflito americano com a França; Denmark Vesey se aproveitou com eficácia das implicações do debate do Missouri e até mesmo espalhou a falsa notícia de que o Congresso havia declarado a emancipação, mas que os senhores de escravos a impediam; Nat Turner movimentou-se em um clima carregado de boatos, veiculados por brancos e negros, de renovação de guerra com a Inglaterra e de sólidas provas de aversão anti-escravagista entre os brancos da Virgínia Ocidental. Os escravos sempre viam e ouviam mais do que se esperava, ainda que seus senhores determinassem que houvesse o menos possível para se ver e se ouvir.

O sul branco sofria de divisões internas e as mais perigosas de todas eram aquelas que opunham os senhores de escravos àqueles que não os possuíam. Pesquisas recentes sobre a política na década de 1850 evidenciam profundos antagonismos de classe, que incitavam os extremistas favoráveis à escravidão a advogar a secessão, como maneira de disciplinar as classes brancas mais baixas. Não há dúvida, porém, quanto à permanência da hegemonia dos senhores de escravos, isto é, de seu sucesso ao confinar todos os debates em questões que nada tinham a ver com a propriedade. Em outras palavras, apesar de as lutas entre senhores de escravos e os que não os tinham se agudizarem (isto para não mencionar as lutas no interior de cada classe), elas não se travavam em relação à escravidão e a alguma forma que ameaçasse diretamente a propriedade sobre os cativos. Ao contrário, aqueles que não detinham escravos no extremo sul e na maior parte de suas regiões meridionais, reiteravam apoio ao sistema social vigente.

Os brancos de todas as classes cerraram fileiras contra os escravos após a revolta de Nat Turner, se não antes. Se o sul não tivesse se separado em 1861, os antagonismos de classe que permeavam o consenso regional poderiam ter explodido, criando novas oportunidades para a revolta dos escravos. O temor de que isso pudesse suceder exerceu um papel bem determinado na decisão de se separar e tentar garantir os estados escravagistas contra a ameaça interna e externa. Quaisquer que fossem as suposições, os escravos enfrentaram uma maioria branca sólida e poderosa, até o fim do regime.

A magnitude das tarefas a serem enfrentadas pelos escravos que escoherem a insurreição sugere a importância de líderes com consideráveis conhecimentos dos acontecimentos políticos; das divisões entre os brancos; das perspectivas e requisitos militares; do terreno; da psicologia de

seu povo; dos modos de se apropriar das armas e de treinar combatentes; de tudo, enfim. Mecânicos, artesãos, pregadores, cocheiros e até mesmo escravos domésticos exerceram papel importante nas grandes revoltas de escravos. Os líderes rebeldes e os maiores defensores da acomodação provinham das mesmas fileiras, pois eram homens de experiência muito maior do que os simples escravos do eito e possuíam talentos que poderiam orientar para qualquer direção.

A sociedade escravocrata do Velho Sul possibilitava menos espaço para o desenvolvimento de camadas avançadas do que nas ilhas do Caribe e no Brasil. Tais camadas emergiram e alcançaram resultados notáveis no sul, mas o fizeram a partir de condições que minimizavam as perspectivas do sucesso revolucionário e, assim, ampliavam as pressões relativas a formas não revolucionárias de resistência e de auto-affirmação. Artesãos, cocheiros e pregadores forneceram a liderança indispensável às revoltas do sul, porém em ocasiões menos freqüentes do que seus companheiros de outros países, não devido à falta de vontade, mas porque as possibilidades de sucesso eram menores. A camada privilegiada dos povos oprimidos, naquela época como agora, reage a pressões opostas, conforme enfatizou Frantz Fanon. Sendo muito expostas à assimilação pela cultura dominante e por sua tecnologia superior, elas são as menos sujeitas a se equivocar em relação às questões políticas, isto é, ou se identificam com seus opressores e procuram um avanço individual ou identificam-se com seu povo e colocam seus conhecimentos à disposição da rebelião. Elas produzem assim uma alta porcentagem de líderes e de traidores. Individualmente, exercem um papel de destaque em ambos os lados; coletivamente, entretanto, elas se equivocam e ligam-se a um ou a outro lado.

Até o século XIX e mesmo então, embora com seu conteúdo alterado, a religião fornecia um espaço de agrupamento ideológico para a revolta. No Caribe e na América do Sul, os líderes religiosos – os Obeahmen e Myalmen, os sacerdotes de Vodun, os Nângos, os mestres muçulmanos – dirigiram, inspiraram ou sancionaram uma revolta após outra. Além do drama baiano, os muçulmanos lideraram pelo menos duas revoltas, em São Domingos e no Suriname, a despeito de sua insignificância numérica naquelas regiões. Não há, entretanto, a menor razão para considerar o Islam, Obeah, o Myalismo ou o Vodun como intrinsecamente mais revolucionários do que as várias formas de cristianismo.

A influência do Islam sobre a série de levantes na Bahia pode servir como exemplo. Em todas as Américas, os escravos muçulmanos angariaram a reputação de ser especialmente rebeldes. A ideologia político-religiosa que trouxeram da África Ocidental predispunha-os muito pouco à

sua escravização por infiéis, a cujo poder deviam resistir. Os africanos ocidentais teriam absorvido as doutrinas islâmicas apenas indiretamente, pois as massas continuaram a aderir às religiões tradicionais até boa parte do século XIX. As camadas dirigentes, no entanto, possuíam a tradição religiosa e algum conhecimento dos ensinamentos específicos. No Novo Mundo elas tiveram oportunidade e encorajamento para forjar uma ideologia da resistência. No entanto, para agir com eficácia, tinham de abster-se da pureza muçulmana e assimilar boa parte do pensamento e da prática religiosas, inerentes às religiões africanas tradicionais, ao lado daquilo que emergia do contexto afro-americano. Assim, os líderes muçulmanos cultos da Bahia aceitaram muitas práticas consideradas fetichistas e pagãs, segundo uma conceituação muçulmana ortodoxa. Como seu sincretismo lhes possibilitava maiores ligações com os negros urbanos, livres e escravos, sua hegemonia ideológica os preparou para assumir a liderança de um esforço revolucionário firme e disciplinado.

Os Haussa emergiram como os líderes decisivos das primeiras revoltas baianas. A penetração muçulmana no território Haussa na África datou do século XIV. Algumas cidades aderiram ao islamismo durante o século XV e no século XVII estavam fundados centros de ensinamento muçulmano. No entanto, a grande maioria do povo, especialmente os trabalhadores do campo, continuou a aderir às suas religiões tradicionais, até a conquista Fulani, no século XIX. As massas Haussa talvez não tenham se convertido ao islamismo, em 1807, na África, quando Zaria caiu nas mãos dos Fulani e os negros se sublevaram na Bahia; já tinham sido disciplinadas porém para seguir uma firme liderança muçulmana, que, no Novo Mundo, fez o islamismo avançar com muito sucesso como uma religião da resistência.

Na Bahia um islamismo afro-brasileiro congregou os povos africanos. Os Yorubá, que haviam resistido aos avanços Haussa e Fulani em sua terra natal, revelaram-se muçulmanos no Brasil. O islamismo, tanto na África quanto no Oriente Médio, surgiu fundamentalmente como uma religião urbana, e os Yorubá (Nagôs, como eram denominados no Brasil), um povo predominantemente urbano na África, estavam concentrados em grande número na cidade de Salvador. A despeito da rivalidade que os opunha aos Haussa na África, cooperaram com eles no Brasil, devido a razões que, embora não completamente claras, provavelmente incluíam o condicionamento psicológico de seu passado e presente urbanos e a atração do islamismo como uma força organizadora. Segundo escreveu Trimingham: "O islamismo, sendo uma religião universal, divulga a concepção de um mundo inabitável, ao mesmo

tempo que de um Deus universal e estabelece uma ligação entre povos que, anteriormente, possuíam poucos elementos que os preparassem para viver juntos em harmonia". Com efeito, a capacidade de unir povos de diferentes culturas e sistemas sócio-econômicos em torno de uma civilização coerente é o que caracteriza o gênio político de Maomé e dos estadistas muçulmanos clássicos.

Os muçulmanos afro-brasileiros exerceram papel preponderante nas revoltas que agitaram a Bahia no início do século XIX, em 1807, 1809, 1813 e, com especial intensidade em 1816, 1826, 1827, 1830, além de 1835, quando representaram séria ameaça. Os Ewe (Gêge), os Nupe (Tapa) e outros escravos e negros libertos também participaram.

A exata contribuição do islamismo ainda não foi devidamente esclarecida, apesar da tese de uma *jihad*, defendida por Raimundo Nina Rodrigues e outros, parecer questionável, à luz das evidências recentes. Alguns encararam as revoltas como algo étnico, com um verniz muçulmano; outros, como uma luta de classes com roupagem religiosa. Uma série de revoltas vigorosas, que agruparam escravos e negros livres, muçulmanos e não muçulmanos, Haussa e Yorubá, resiste a uma simples categorização. No entanto, Nina Rodrigues argumentou com propriedade que os muçulmanos possuíam sólida tradição de liderança político-militar; que ensinavam seus seguidores a ler o Corão em uma cidade em que muitos senhores de escravos eram analfabetos; que impunham uma disciplina rigorosa; e que forjavam alianças entre povos anteriormente separados. Assim, apesar de todo o peso que se deva dar a considerações étnicas mais gerais, o poder ideológico e organizador dos muçulmanos revelou-se algo indispensável. E se a revolta transcendeu linhas de classe, conforme argumentou R. K. Kent, ao se insurgir contra a tese da *jihad* e outras interpretações esquemáticas, ela, no entanto, prometia uma dimensão sustancial de liberdade aos escravos da Bahia e, assim, demonstrava possuir um conteúdo essencial de classe, bem como étnico.

A grande revolta baiana, que agrupou centenas de escravos e negros libertos em 1835, revelou condições gerais que eram o pano de fundo para as revoltas de todo o período. A despeito da pressão inglesa e das obrigações impostas pelos tratados, o Brasil continuava a importar africanos, cujo número, na Bahia, aumentava constantemente. Apesar desses novos escravos provirem de várias áreas, certos grupos, principalmente os Haussa e os Yorubá, permaneceram unidos e numerosos. Muitos foram para a cidade como artesãos e trabalhadores qualificados e estabeleceram laços com negros livres de origem semelhante, formando uma comunidade coerente, com líderes alfabetizados e capazes. As fazendas em torno

da cidade há muito sofriam deserções que alimentavam os quilombos e mantinham toda a região em desordem; a chegada de números significativos de africanos ocidentais com laços étnicos com a cidade criou novas possibilidades de levantes urbanos, capazes de insuflar a revolta nas fazendas.

A revolta de 1835 infundiu terror ao regime, pois chegou bem próxima do sucesso. Centenas de negros demonstraram um desempenho excelente e foram derrotados com dificuldade. Se os rebeldes tivessem formulado planos mais cuidadosos ou tivessem mais sorte, poderiam ter realizado suas esperanças de se apoderarem da cidade mediante um *coup d'état* virtual, sublevando em seguida o campo. A Bahia esteve na iminência de se tornar um outro Haiti.

Onde quer que os movimentos religiosos pudessem assumir formas não-cristãs, os escravos eram chamados às armas, movidos por um comprometimento profundo que, por sua própria natureza, separava os mestres dos escravos e os brancos dos negros. Teria sido incomensuravelmente mais difícil ganhar escravos para uma causa puramente revolucionária, cujo conteúdo ideológico e emocional, na verdade, ligava-os a seus senhores, em alguns níveis, ao passo que os separava em outros. Nas mãos de um hábil líder anticristão, a incitação religiosa poderia separar totalmente os escravos da comunidade branca, transformando, assim, toda sublevação em uma guerra sagrada contra o infiel. Quando o senhor e o escravo apelavam ao mesmo Deus, ao mesmo livro, aos mesmos ensinamentos, a tarefa dos Nat Turner tornava-se muito mais difícil. Ela, no entanto, não se revelava impossível, conforme demonstrou Turner, pois o cristianismo possuía sua própria história revolucionária. A diferença residia não no caráter abstrato da tradição cristã, mas na redução do potencial revolucionário, inerente à profunda separação da religião em relação à classe e, sobretudo, à etnicidade.

Uma observação final sobre as condições relativamente desfavoráveis enfrentadas pelos escravos do Velho Sul diz respeito aos quilombolas. As mais significativas revoltas de escravos no hemisfério deram-se em aliança com os quilombolas ou ocorreram em períodos nos quais a atividade quilombola solapava o regime escravagista ou inspirava os escravos através de seu exemplo. Na Venezuela, a revolta de Andresote, em 1732, ocorreu no contexto de uma guerra quilombola difundida. As revoltas do Caribe possuíam freqüentes conexões com os quilombolas, sendo o caso mais dramático o de São Domingos. Por razões exploradas no segundo capítulo, a atividade quilombola nos Estados Unidos, longe de ser insignificante, não poderia inspirar a revolta geral com a mesma facilidade com que poderia fazê-lo em outros lugares.

O porte e a freqüência das revoltas de escravos no Caribe Britânico podem ajudar-nos a colocar em uma perspectiva correta aquelas que ocorreram nos Estados Unidos. As maiores revoltas do Hemisfério Ocidental, se exceptuarmos a revolução de São Domingos, que abalou o mundo, deram-se na Guiana e na Jamaica. A Guiana (territórios de Essequibo, Berbice e Demerara), era teatro de guerra entre os ingleses e holandeses, que se alternavam em seu controle e possuía um interior extenso, onde se abrigavam os núcleos quilombolas e os grupos guerrilheiros. A exemplo da Jamaica, a Guiana apresentava uma proporção de escravos livres da ordem de dez para um. Tomados em conjunto, esses territórios apresentavam, em média, uma revolta significativa a cada dois anos, de 1731 a 1823, isto é, da revolta de Berbice, em 1731, à grande revolta de Demerara, em 1823, e isto para não mencionar as conspirações sérias. Este registro é tanto mais surpreendente se tivermos em vista a calma relativa reinante no período de 1752-1762, durante o qual uma sólida aliança entre índios e holandeses manteve os escravos e os quilombolas sob controle. No entanto Berbice explodiu durante a década de 1760, com revoltas em 1762, 1763-1764 e 1767.

A Grande Rebelião de 1763-1764, liderada por Cuffy, um ex-cocheiro que se tornara tanoeiro, englobou, segundo alguns cálculos, metade dos escravos da colônia e foi muito importante. Os rebeldes eram predominantemente africanos; os crioulos aderiram mais tarde, aparentemente sob coerção e logo se retiraram. Cuffy atribuiu as origens da revolta à dureza do tratamento e tentou negociar a paz, mas sem o menor sucesso. Apesar de não se poder decifrar completamente seus objetivos, parecem ter prefigurado o sonho de Toussaint L'Overture, relativo a um estado negro autônomo, aliado a um poder europeu de peso. A derrota dos escravos levou a execuções em grande escala, como era habitual, realizadas com toda a crueldade que os europeus costumavam atribuir aos "selvagens" de cor.

Essequibo permaneceu estável após as malogradas revoltas de 1731 e 1741 e a revolta abortada de 1744. O centro de resistência deslocou-se para Demerara, em fins da década de 1760. As principais revoltas se deram durante a década de 1770: duas em 1772; mais uma em 1773; e outras duas em 1774-1775. Elas se caracterizavam virtualmente como uma guerra civil em larga escala entre os escravos negros e os quilombolas, de um lado e os brancos e índios do outro. Uma outra série revolta eclodiu em 1803 e vinte anos mais tarde a colônia incendiou-se. As revoltas de 1794-1795 tiveram como pano de fundo a revolução francesa, a derrota da Holanda e a proclamação da República Batava, além da divisão

dos colonizadores em facções políticas, com um partido adotando a bandeira tricolor e proclamando os Direitos do Homem. Pelo visto, supunha-se que os escravos fossem demasiado estúpidos ou demasiado amedrontados para seguir essa mensagem.

Em 1823, os escravos sublevaram-se no litoral oriental de Demerara. Antes que a revolta tomasse corpo, milhares de escravos, pertencentes a pelo menos 37 fazendas, haviam aderido e dois mil participaram de uma grande batalha. Os rebeldes exigiam a emancipação e, visando aparentemente futuras condições de trabalho, jornadas mais curtas nas fazendas. Acreditavam que o “Bom Rei” da Inglaterra os havia libertado e que os fazendeiros os detinham ilegalmente. Sob a liderança de Jack Gladstone, um tanoeiro cristão e de um grupo de cocheiros, artesãos e até mesmo de escravos domésticos, tentaram vencer por meio de táticas não violentas, sugerindo, por exemplo, uma greve geral. Ao invés de matar os brancos, aprisionaram-nos, executando apenas dois deles, que se recusaram a depor as armas. Os prisioneiros brancos testemunharam mais tarde terem sido tratados com humanidade. Semelhante moderação de nada valeu aos negros, pois foram afogados em sangue. A revolta, entretanto, açulou a opinião inglesa e fortaleceu a decisão do partido emancipacionista, no sentido de terminar com o regime tirânico nas colônias.

As revoltas da Jamaica abrangem duas fases, marcadas pelo tratado de paz em 1739, celebrado entre os quilombolas e os ingleses. Os escravos se haviam sublevado em 1669, 1672, 1675, por duas vezes em 1668, 1682, 1685, 1690, 1733 e 1735. Cento e cinquenta dentre eles tomaram parte da revolta de 1685 e de trezentos a quatrocentos na de 1690. No entanto, assim que os quilombolas conquistaram autonomia, contraíram aliança com os ingleses. A partir de então, os escravos não podiam mais encontrar refúgio no interior, pois os quilombolas os capturavam e devolviam-nos às fazendas, ou, o que era pior, executavam-nos no ato. Cada vez mais os escravos tinham de se bater pela abolição da escravidão como sistema. Agiam não como grupos particulares que batalhavam por sua liberdade, mas objetivavam uma revolução social e a liberdade para todos. Essa tendência, entretanto, não amadureceu até que as revoluções na França e em São Domingos, inter-relacionadas, criassem um novo sistema de poder internacional e uma ideologia revolucionária mais coerente.

A pacificação dos quilombolas tornou a revolta, durante o século XVIII, mais difícil e menos freqüente, mas não menos intensa. Em 1760, a paróquia de Santa Maria viu explodir uma revolta de pelo menos quatrocentos escravos, que desencadeou outras revoltas, uma delas englobando cerca de mil cativos. Os quilombolas ajudaram os ingleses a esma-

gar a rebelião de Tacky, mas não antes que a Jamaica tivesse sido abalada até a raiz por escravos Akan, transformados em guerreiros, convocados às armas pelos Obeahmen. Essa revolta, bem como as de 1765 e 1766, caracterizaram o início da transição de rebeliões cujo objetivo era restaurar um passado africano, para movimentos que visavam instaurar um futuro revolucionário.

Em 1807, os escravos ouviram falar da abolição do tráfico e presumiram que isso significava igualmente a emancipação. Sublevaram-se, convencidos de que os fazendeiros estavam distorcendo a vontade do rei. Em 1815, cerca de duzentos e cinqüenta, predominantemente Ibo, sem nenhum apoio dos crioulos, prepararam-se para se sublevar, mas foram esmagados. Em 1824, mil e duzentos escravos revoltaram-se em cinco fazendas. Foram igualmente esmagados. Por volta de 1820, já se fazia sentir, com todo vigor, uma nova era revolucionária, de amplitude mundial, bem como o fim da luta de emancipação na Inglaterra. O grande Levante de Natal de 1831, com vinte mil participantes, seguiu-se a tensos debates em Londres; englobou os crioulos; prefigurou um nacionalismo moderno negro-jamaicano; e, a despeito de sua derrota, ajudou a selar o destino do partido escravocrata. A revolta representava a culminância de um novo estágio, no qual os escravos podiam almejar a independência, em um mundo de nações-estados modernas. Sua retórica não se perdeu junto àqueles que advogavam a Grande Lei de Reformas, como meio de proteger convulsões sociais mais profundas na metrópole. O ano de 1831 foi digno de nota. Os homens no poder em Londres, que se viram pressionados pelos acontecimentos na Jamaica a fim de resolver de uma vez por todas a questão da escravidão, tiveram também de refletir sobre as notícias perturbadoras vindas da Virgínia.

A Guiana e a Jamaica presenciaram muitas revoltas violentas, ao contrário de algumas colônias, onde nada aconteceu. Trinidad escapou a esse fato e Barbados, a despeito de conspirações e desordens, assistiu uma única revolta de monta e isso somente em 1816. Esses contrastes não ofereciam nenhum mistério. Os espanhóis haviam usado Trinidad como entreposto comercial e não como centro de atividades agrícolas. Surgiram grandes fazendas, quando os ingleses disseminaram a cultura do açúcar durante o século XIX. No todo, porém, o sistema tinha mais a ver com o das colônias nortistas dos Estados Unidos do que com as colônias onde havia engenhos. O poderio inglês no Caribe se havia tornado extremamente forte à época da anexação e as perspectivas de uma emancipação pacífica eram cada vez mais animadoras. Os escravos souberam aguardar o momento oportuno.

Barbados, entretanto, apresenta um problema, pois tinha sido a mais importante de todas as ilhas que cultivavam o açúcar, durante o século XVII e gozava de baixa reputação de humanidade em relação a seus escravos. Richard Dunn ofereceu uma explicação, provavelmente a melhor e a mais simples: a ilha era por demais pequena. Os escravos não dispunham de zonas interioranas onde se refugiarem e criarem quilombos, além da guerra de guerrilha e não tinham esperanças de poder enfrentar o formidável poderio militar e marítimo dos ingleses. Qualquer revolta, portanto, tinha de ser um ato extremado de desespero, com amplas possibilidades de terminar em desastre. A proximidade em que viviam senhores e escravos favorecia as oportunidades de os brancos abafarem as conspirações antes que pudesse amadurecer. A revolta de 1816 eclodiu no contexto do movimento para acelerar uma emancipação que se acreditava iminente, e assim sendo, justifica nossa argumentação.

As revoltas ocorridas na América Espanhola e Portuguesa também ajudaram a entender melhor as ocorridas nos Estados Unidos. A escravidão nas fazendas, em contraposição ao emprego do trabalho escravo por meio de formas tangenciais à economia principal, não floresceu na América Espanhola tal como se deu em outros lugares. Os espanhóis, tendo uma fonte enorme de trabalho indígena a explorar, importaram os africanos como um suplemento. Ainda assim, antes mesmo que o surto açucareiro no século XIX transformasse Cuba, existiram zonas de cultivo nas colônias espanholas, sobretudo no litoral da Venezuela, Colômbia e América Central e importantes zonas de mineração do México e da América do Sul apoiaram-se grandemente no braço escravo africano. Não era de surpreender que essas zonas de mineração e de cultivo, nas quais a exploração atingia com freqüência extremos de brutalidade, tenham-se tornado centros de revolta e de guerrilha quilombola, apesar de outras áreas enfrentarem, de vez em quando, choques de menor importância. Já em 1522, os escravos de Hispaniola sublevaram-se, naquela que foi provavelmente a primeira revolta de escravos negros no Novo Mundo.

Os escravos negros do México organizaram revoltas significativas em 1546, 1570, 1608 e 1670. Em 1537 o governo esmagou um plano elaborado pelos escravos, que visava assassinar os brancos, impor um regime aos índios e mestiços e recriar uma sociedade "africana" tradicional. Durante o século XVIII, o conflito entre ingleses e espanhóis, objetivando o controle do litoral Mosquito, na América Central, abriu o caminho para a autonomia de um povo afro-indíio ("Sambo-Mosquito"), que havia surgido naquela região. Esses povos de cor, racialmente

misturados, aliaram-se aos ingleses, protegendo seus débeis núcleos em troca do reconhecimento e da independência. Assim, os espanhóis, que periodicamente enfrentavam dificuldades com os quilombolas negros – isto para não mencionar os escravos insurretos, a exemplo daqueles que agitaram a zona de mineração de San Pedro, em 1548 – viram-se incapacitados de desalojar seus rivais europeus ou seus perigosos antagónistas locais.

Na Colômbia, os escravos destruíram a cidade de Santa Marta em 1530 e, após sua reconstrução, voltaram a infligir muitos danos em 1550. Os bozales rebeldes (escravos nascidos na África) insurgiram-se em 1548 nas zonas de mineração da Colômbia e mataram vinte brancos, tornando reféns duzentos e cinqüenta índios, enquanto se retiravam para os quilombos. Além de fomentar pequenas revoltas, os escravos, em número de quatro mil, paralisaram a região de Zaragoza em meados do século XVI.

Em 1552, na Venezuela, as forças do rei Miguel – cerca de oitocentos rebeldes – obrigaram importantes minas a fechar, até que os espanhóis, apoiados pelos índios, esmagaram a revolta. A grande revolta sob o comando de Andresote, no vale de Yuracuy, na década de 1730, aniquilou um batalhão espanhol de trezentos homens, antes que os negros fossem derrotados por outro batalhão de mil e quinhentos homens. Em Coro, onde houvera uma revolta escrava em 1532, os cativos tiveram notícias da França revolucionária e sublevaram-se em 1789, na esperança de obterem ajuda dos franceses. Essa revolta também sucumbiu ao poderio espanhol, reforçado pelos aliados indígenas e seu alcance pode ser inferido pela repressão selvagem, que incluiu cento e setenta e uma execuções.

Entre os traços sugestivos das revoltas venezuelanas contava-se a preocupação expressa por Felipe V da Espanha, em 1716, no sentido de que brancos renegados estavam refugiando-se nos quilombos, além da crença muito difundida de que por volta de 1800, a totalidade dos quilombolas na Venezuela havia alcançado o número de trinta mil indivíduos. Leslie Rout, ao analisar as revoltas de escravos na América Espanhola, nota que os líderes rebeldes eram com freqüência crioulos e sugeriu, com toda plausibilidade, a importância de raízes na experiência colonial, tendo em vista a formação de uma efetiva liderança militar negra. De qualquer maneira, os escravos rebeldes assolaram periodicamente o regime colonial, através de toda sua história, se bem que durante o século XIX a ação negra fundiu-se paulatinamente com as lutas pela liberação nacional, assumindo um caráter político diferente.

Dicas

Os escravos afro-brasileiros também criaram uma história impressionante de luta armada. Revoltas pequenas e locais ocorreram com frequência, e durante as primeiras quatro décadas do século XIX a Bahia presenciou uma guerra revolucionária prolongada. Certamente os escravos no Brasil, inclinados à insurreição, enfrentaram, como em todos os lugares, enormes dificuldades militares, políticas e psicológicas, e nem sempre alcançavam seus objetivos.

A tentativa de minimizar a ocorrência das revoltas de escravos no Brasil, apresentada com grande ênfase no livro de Carl Degler, *Neither Black Nor White*, repousa sobre um raciocínio muito especial. No Brasil, como em alguns outros países, a resistência armada dos escravos assumiu o caráter de uma guerrilha quilombola, muito mais do que de insurreição direta. Esta distinção chama a atenção para um conjunto diferente de problemas militares e políticos, mas dificilmente justifica a conclusão de que a ocorrência das lutas quilombolas não merece lugar na história da revolta dos escravos. Degler escreve: "Geralmente o quilombo não tentou derrubar o sistema escravagista ou não guerreou contra ele". Isto é, os quilombolas lutaram defensivamente para preservar suas regiões autônomas, ao invés de atacar o regime escravagista. Tal interpretação representa, na melhor das hipóteses, uma verdade parcial e enganosa. Sua idéia central – a de que os quilombolas não objetivavam derrubar a escravidão como sistema social – aplica-se com idêntico vigor a todas as grandes revoltas de escravos, desde a de Espartaco, à dos negros americanos, no século XVIII. Assim, por extensão lógica, todos os levantes negros antes de Toussaint L'Ouverture e alguns depois dele, não devem ser classificados como revoltas.

Registros mostram significativas revoltas escravas, estritamente definidas, através de toda a história brasileira, apesar de que aquilo que é significativo para alguns, para outros pode parecer corriqueiro. A questão se reduz à interrogação: "Significativa em relação a que?" Em relação às revoltas de escravos nos Estados Unidos, os registros brasileiros, que incluem revoltas de centenas de escravos em Minas Gerais e Rio de Janeiro, para não mencionar os acontecimentos da Bahia, são de considerável importância, apesar de não serem levados em conta por quem acha que algo menos significativo do que sucedeu em São Domingos ou Demerara dificilmente merece notícia.

Tomadas como um *continuum* – e é assim que a ocorrência das insurreições deve ser encarada, a despeito da necessidade de distinções analíticas entre as diferentes formas de luta armada – as revoltas, a atividade quilombola e a participação dos escravos em movimentos revolu-

cionários regionais e sociais tão amplos como a Balaiada, justificam a conclusão, sobre a qual insistem especialmente os estudiosos marxistas, de que os escravos brasileiros escreveram um capítulo heróico da história moderna, a despeito de todas as cifras e relativismos. A participação negra não constituía, por definição, revolta escrava, mas também o movimento dos escravos americanos no Exército da União não teve esse aspecto. Aqui, o que estava em debate era a destruição da escravidão como sistema social, pela absorção do impulso da revolta escrava, manifestado muito mais freqüentemente no Brasil do que nos Estados Unidos, através de formas mais amplas de luta, com maiores possibilidades de sucesso.

As principais revoltas do século XVIII, em Nova Iorque e Stono, englobavam cifras modestas, em comparação com as do Caribe e até mesmo as do Brasil, mas foram suficientemente importantes para semear o terror na América colonial. Trinta ou quarenta escravos sublevaram-se em Nova Iorque e talvez uns cem em Stono, contando com a possibilidade constante de atrair outros, se tivessem conseguido manter suas posições durante algum tempo. Seu impacto foi tanto maior quanto os senhores de escravos conheciam as formidáveis revoltas do Caribe e encararam o assunto de um ponto de vista internacional, exibindo portanto maior sofisticação do que a maior parte dos historiadores subsequentes.

USA

Ambas as revoltas irromperam em meio a significativas divisões no seio da sociedade branca. Como consequência da Rebelião de Leisler, em Nova Iorque, os brancos se haviam cindido, se bem que não tanto quanto os escravos poderiam esperar. Possivelmente os cativos não alimentavam grandes ilusões em relação a esse fato, mas esperavam que os conflitos entre os brancos tivessem enfraquecido o aparato político e militar. Em Stono as condições foram ainda mais favoráveis, pois os brancos estavam às voltas com os índios hostis e com os quilombolas negros na Flórida, bem como na Carolina do Sul. Os escravos sabiam, aliás como todo mundo, que a Espanha e a Inglaterra se preparavam para a guerra e que os espanhóis acenavam com a liberdade aos escravos fugidos das colônias inglesas.

Escravos nascidos na África dominaram ambas as revoltas e apelaram aos sentimentos religiosos de seus irmãos e irmãs. Os rebeldes de Nova Iorque esposavam a religião africana tradicional, tal como a compreendiam e apregoavam a guerra aos cristãos de uma maneira que lembrava os antigos Obeahmen do Caribe, antecipando o chamado às armas feito pelos sacerdotes Vodun de São Domingos. A religião dos rebeldes de Stono parece ter sido mais claramente sincrética. Escravos angolanos,

que apresentavam pelo menos uma adesão formal ao catolicismo, conseguiam colocar uma distância ideológica entre eles e seus senhores, constraining mais facilmente alianças com os espanhóis, não obstante a ironia presente no fato de que os próprios espanhóis fossem escravagistas. Mecânicos, artesãos e outros escravos qualificados e privilegiados certamente lideraram a revolta em Nova Iorque e provavelmente em Stono.

A revolta que eclodiu na Luisiana em 1811, apesar de ser a maior de toda a história americana, permanece obscura. Entre cento e oitenta e quinhentos escravos (provavelmente a estimativa menor se aproximava mais da cifra real), armados de machados e outras armas, mas contando com poucas armas de fogo, partiram para o ataque a Nova Orleans. Os senhores de escravos, apoiados por uma milícia de negros libertos e reforçada pelas tropas federais sob o comando de Wade Hampton, esmagaram rapidamente a revolta. A inexperiência dos escravos e a falta de armas apropriadas não os havia impedido de demonstrar notável grau de organização militar. Como se isso não bastasse para tornar os senhores temerosos do futuro, a lealdade dos escravos libertos ao regime, na qual, aliás, esses senhores não tinham inteira confiança, foi parcialmente contrabalançada pela notícia de que pelo menos um dos líderes rebeldes, Charles Deslondes, era um mulato livre de São Domingos.

Assim que irromperam as revoltas, os brancos vingativos iniciaram uma matança indiscriminada, apesar de os rebeldes haverem matado apenas dois ou três brancos, restringindo-se, em sua maior parte, a queimar as fazendas. Os brancos eliminaram sumariamente sessenta e seis negros, executando posteriormente dezesseis líderes. Fizeram cortar as cabeças das vítimas, espalharam-nas em choucos e colocaram-nos nas duas margens da estrada que ia de Nova Orleans à fazenda do Major Andre, onde a revolta havia eclodido. Os "selvagens" tinham sido derrotados e a civilização triunfado.

A revolta de Luisiana, tendo ocorrido nas regiões fronteiriças, causou menos impacto no sul do que três outras, que se deram no início do século XIX, embora duas delas malograsssem. As revoltas abortadas de Gabriel Prosser em 1800 e de Denmark Vesey em 1822 e a sangrenta revolta de Nat Turner em 1831, ocorridas em Virgínia e na Carolina do Sul, dois grandes estados escravagistas, supostamente estáveis, aterrorizaram todo o país. Sobretudo a revolta de Nat Turner foi considerada um "cataclisma" e uma "rebelião feroz", na linguagem de Aptheker e Oates pela simples razão de que fez correr considerável quantidade de sangue branco, superando a revolta da Bahia em 1835, muito mais ampla e reprimida.

A revolta de Nat Turner possuía muita coisa em comum com as conspirações de Gabriel Prosser e Denmark Vesey. Seus líderes haviam aprendido a ler e escrever e possuíam talentos e privilégios especiais. Gabriel Prosser era um ferreiro, cujo temperamento político-religioso o inseria em uma extensa cadeia de escravos revolucionários, artesãos e habilidosos. Nat Turner, um escravo de múltiplos talentos e que trabalhava basicamente no campo, era um orador religioso fluente. Se Turner não se sobressaiu como o capataz ou o mecânico habilidoso como muitas vezes o consideravam, não obstante, possui amplo preparo para um trabalho mais especializado, tornando-se talvez amargurado pela falta de oportunidades. Seus pais e amigos haviam percebido nele, quando criança, uma criatura notável, com poderes religiosos especiais, predizendo para o menino um grande futuro como homem livre. Vesey comprou a própria liberdade, após ganhar na loteria. Curiosamente, isso se deu no ano de 1800, quando estourou a rebelião de Gabriel e Nat Turner nasceu. Vesey, nascido no Caribe ou na África, era escravo, como já foi dito e trabalhou como marítimo, visitando muitos países, incluindo o Haiti. Falava diversas línguas e lia a imprensa política. O grupo de oficiais de Vesey, de alta categoria, incluía o célebre Peter Poyas, carpinteiro de um navio, bem como um feitor de escravos, escravos domésticos e hábeis artesãos.

Cada revolta foi gerada em meio a antagonismos amargos entre os brancos. O conflito com a França, não declarado, levou Gabriel Prosser a esperar uma guerra total, bem como a ajuda francesa. Por mais que os federalistas e os republicanos se combatesssem nos limites de um consenso, a retórica inflamada e os apelos e denúncias da ideologia revolucionária francesa causaram profunda impressão sobre os escravos, que podem muito bem ter imaginado estar uma nação branca à beira da guerra civil. Vesey e seus seguidores acompanharam com muita atenção o debate do Missouri — "um alarme de incêndio no meio da noite", segundo a expressão de Jefferson. Quaisquer que fossem as interpretações que os cativeiros dessem ao debate, possuíam provas concretas de que o sentimento anti-escravista crescia e que os senhores de escravos estavam sendo levados a tomar uma posição defensiva. Sua interpretação foi estrategicamente consistente, por mais que tenham avaliado mal o desenrolar dos acontecimentos. Por isso mesmo, talvez tenham presumido que a dissensão política enfraquecia os senhores de escravos até certo ponto. Nat Turner deu o primeiro passo, após a tensa convenção constitucional da Virgínia, a qual desagravou profundamente as regiões do oeste anti-escravista, acusou publicamente o estado de tirania escravagista

e deu origem a exigências favoráveis à abolição, ainda que com a colonização.

Cada um desses destacados líderes rebeldes oferecia aos escravos apelos religiosos, juntamente com uma linguagem calcada na Declaração da Independência e dos Direitos do Homem. Cada um oferecia uma interpretação do cristianismo que enfatizava o direito à liberdade, outorgado por Deus, bem como a doutrina fundamental da obrigaçāo, subjacente a uma visão política, a qual, por sua vez, refletia as novas ideologias da Era da Revolução. Cada um deles tinha de confrontar a presença africana entre seu povo. Gabriel Prosser, a despeito das ponderações de seus partidários, enfatizava os apelos cristãos e seculares e, correndo todos os riscos, desconsiderou a religião tradicional dos escravos do campo, que mantinham laços mais fortes com seu passado africano. Nat Turner surgiu como um profeta cristão messiânico e exprimia-se habilmente através de uma linguagem inspirada nas passagens radicais da Bíblia e na tradição revolucionária da América. No entanto, pesquisadores equilibrados viram em seu cristianismo, a despeito de seu manifesto desprezo pela "conjuração", uma forte influência africana, da qual ele talvez não tivesse consciência.

Entre as duas revoltas na Virgínia, Denmark Vesey havia recorrido a um apelo dos mais sutis e bem estruturados. Seu movimento exprimia-se ousadamente em termos radicalmente cristãos e tradicionalmente africanos, ou que se pretendiam como tal. Vesey recorria à Bíblia, tanto quanto Prosser e Turner, mas também apoia-se em Jack Pritchard ("Gullah Jack"), um angolano, a fim de atingir os escravos que ainda não se haviam convertido ao cristianismo ou cuja conversão fôra superficial. Pritchard, a exemplo de muitos outros líderes da revolta, tinha sido membro da Igreja Metodista Episcopal Africana, que as autoridades de Charleston haviam fechado, por considerá-la subversiva. Com efeito, quis desflagrar o ataque imediatamente após esse ato repressivo, que o encolerizou, bem como à comunidade negra em geral. Ao misturar as exortações cristãs e africanas, Vesey e seus seguidores não faziam jogo duplo. Introduziam uma variação nos apelos de uma religião negra tradicional, que misturava muitas fontes e constituía como que uma experiência religiosa afro-americana específica.

O apelo aos elementos africanos, na religião dos escravos, tinha a função especial de oferecer apoio moral àqueles que viviam uma existência cruel. O uso de amuletos pelos rebeldes de Charleston, bem como pelos escravos em todas as Américas, ilustra essa colocação. Em muitas revoltas, os escravos iam à luta com amuletos que os protegiam ostensi-

vamente das balas dos brancos. O Reverendo C. C. Jones, da Georgia, em *Religious Instructions of the Negroes* (pág. 128), exprimia especial inquietação diante do surgimento de tais noções entre os escravos do sul. Não era de causar espanto, pois os amuletos foram empregados pelos camponeses insurretos e os pobres da Europa, bem como os da África, Melanésia e do mundo colonial em geral. O emprego reiterado de amuletos revelou-se um antídoto poderoso, tendo em vista os temores normais entre homens recentemente recrutados. Por mais que fossem "supersticiosos", aqueles que partiam para o campo de batalha sob sua proteção costumavam ter razões para isso. Com efeito, haviam visto seus camaradas tombarem a seu lado, com ou sem amuletos. O Reverendo Jones, em uma manifestação de sensatez, recusava-se a reconfortar-se com os escárnios do juiz que sentenciou Gullah Jack à morte:

"Jack Pritchard... você se dizia invulnerável; dizia que não podia ser aprisionado ou destruído e que todos os que lutassem sob sua bandeira seriam invencíveis... Seus amuletos, de que tanto se gabava, de nada lhe valeram e é claro que não poderiam proteger outras pessoas."

Os rebeldes que se inspiravam na religião poderiam sempre atribuir as inevitáveis derrotas à pouca fé das vítimas ou ao fracasso em observar o ritual apropriado e até mesmo à perspectiva de reencarnar na África. Precisavam de algo, a fim de fortalecerem sua resolução diante de tão grandes infortúnios e seus líderes religiosos recorriam a todos os incentivos a seu alcance. Conforme comentou Eric Hobsbawm: "Infelizmente, os pobres e os fracos sabem que seus campeões e defensores não são realmente invulneráveis. Podem sempre voltar a se levantar, mas serão derrotados e mortos". "A promessa de invulnerabilidade", acrescenta em seu livro *Bandits*, "oferece sob forma mitológica aquilo que cada rebelde necessita desesperadamente, isto é, a sorte".

Os líderes das revoltas de escravos no sul tinham muito menos a que recorrer, durante o século XIX, do que seus predecessores, durante o século XVIII, ou de que seus companheiros em outros pontos das Américas. Eram influenciados pelas conjuras, mas mostravam-se normalmente céticos em relação às suas formas extremas e politicamente perigosas. Além do mais, viviam excessivamente próximos dos senhores para se enganarem. Como explicou um escravo rebelde, recrutado no Missouri: "Vi 'seu' Newton e 'seu' John Ramsey atirar vezes demais para acreditar que eles não podem matar um negro".

Os objetivos estratégicos das revoltas permanecem sujeitos a questionamentos, afora o objetivo claro de assegurar a liberdade àqueles que se rebelavam, bem como a tantos escravos quanto possível. Gabriel Prosser procurou apoderar-se de Richmond, o que era um objetivo realista, tendo em vista suas débeis defesas e golpear suficientemente os brancos, a fim de obrigar-los a aceitar termos não especificados. Possivelmente os rebeldes teriam tentado obter o reconhecimento de um estado, que constituiria um enclave; possivelmente buscavam a liberdade, no contexto dos arranjos políticos existentes; provavelmente queriam aproveitar-se de todas as oportunidades que surgissem. Aparentemente Vesey tentou manter várias opções em aberto. Se tivesse se apoderado de Charleston e garantido o interior da região, poderia estabelecer uma república independente, embora soubesse, sem dúvida, o quanto seria difícil sustentá-la. Ao que parece, esperava velejar para o Haiti acompanhado do maior número possível de negros que sobrevivessem aos primeiros combates. Os objetivos de Turner até hoje permanecem obscuros. Talvez pensasse de maneira semelhante a Gabriel Prosser ou esperasse formar um grande quilombo no Pântano de Dismal. De todas as principais conspirações e revoltas, a sua foi a que apresentou os menores indícios de planejamento, preparação e previsões cuidadosas. No entanto, essa fraqueza pode ter dado ao movimento uma força negada a Prosser e a Vesey, pois ele estava menos exposto à traição.

Qualquer que fosse a ligação com formas ideológicas arcaicas, as revoltas do século XIX, nos Estados Unidos, refletiam o mundo conforme ele emergia, na era da grande revolução de São Domingos e das lutas revolucionárias na Europa e na América. Sua aparência restauracionista, isto é, a possibilidade de que cada uma dessas revoltas pudesse terminar em um enclave quilombola, representava basicamente a imposição da realidade militar. Vesey encarava o Haiti como modelo e inspiração e dele esperava apoio material. O discurso aos seus seguidores mesclava a linguagem da Era da Revolução, tal como ela se manifestava na Declaração da Independência e na Constituição, com a linguagem bíblica do Deus da Ira. Nat Turner, um exortador messiânico, também evocava expressões contidas na Declaração da Independência e dos Direitos do Homem. O que quer que ele tenha sido, Nat Turner era, antes de tudo, um nativo da Virgínia.

De modo geral, os escravos nos Estados Unidos se viam frente a uma correlação de forças altamente desfavorável, que os desviava da revolta para outras formas de resistência. Tiveram mais oportunidades de revolta no século XVIII; em geral, sua posição deteriorou-se

rapidamente ao longo do tempo, até a revolta tornar-se virtualmente suicida. Mesmo durante o século XVIII, nunca se depararam com oportunidades tão promissoras quanto os escravos de outros países. À época de Gabriel Prosser, Denmark Vesey e Nat Turner, apenas as almas mais heróicas, mesmo quando medidas segundo os padrões do auto-sacrifício revolucionário, podiam contemplar semelhante trajetória. Sua perspectiva, no sentido de sublevar as massas, tornou-se rapidamente enfraquecida, a despeito do compromisso popular com a liberdade. O que causa admiração, portanto, não é que os Estados Unidos tenham presenciado revoltas menos significativas e freqüentes do que alguns outros países, mas que elas tenham chegado a ocorrer. O fato de ocorrerem, quaisquer que fossem suas proporções, demonstrou ao mundo a impossibilidade de esmagar completamente o espírito rebelde dos escravos.